



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL (PPGPS/UFPB)

NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA

E ADOLESCÊNCIA – NUPEDIA/UFPB

**TRAJETÓRIAS DE ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: JUVENTUDE E
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

ERLAYNE BEATRIZ FÉLIX DE LIMA SILVA

JOÃO PESSOA

2017

ERLAYNE BEATRIZ FÉLIX DE LIMA SILVA

**TRAJETÓRIAS DE ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: JUVENTUDE E
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria de Fatima Pereira Alberto como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

JOÃO PESSOA

2017

S586t Silva, Eralayne Beatriz Félix de Lima

Trajatórias de acesso às políticas públicas: juventude e medidas socioeducativas / Eralayne Beatriz Félix de Lima. - João Pessoa, 2017.

125 f. : il. -

Orientadora: Dr^a. Maria de Fatima Pereira Alberto
Dissertação (Mestrado) - UFPB/ PPGPS

1. Políticas Públicas – Infância e Juventude. 2. Medidas Socioeducativas 3. Políticas Sociais. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 364(043)

TRAJETÓRIAS DE ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: JUVENTUDE E
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

ERLAYNE BEATRIZ FÉLIX DE LIMA SILVA

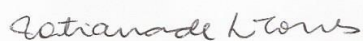
Banca Avaliadora



Prof.^a Dr.^a Maria de Fatima Pereira Alberto
(Universidade Federal da Paraíba – Orientadora)



Prof. Dr. Anísio José da Silva Araújo
(Universidade Federal da Paraíba – Membro Interno)



Prof.^a Dr.^a Tatiana de Lucena Torres
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Membro Externo)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à todas as crianças e jovens que possuem seus direitos violados.

Aos jovens que participaram desta pesquisa.

E a todos os jovens que cumprem medidas socioeducativas na Paraíba e no Brasil.

Espero que com os nossos estudos possamos contribuir para o término dessas violações e para a construção de uma sociedade igualitária que oferte condições de vida dignas para todos os seus cidadãos.

AGRADECIMENTOS

A **Deus** pelo dom da vida e por ter permitido que eu chegasse até aqui.

A minha família por todo apoio, em especial à minha mãe **Benedita**, ao meu pai **Ricardo** e aos meus irmãos **Erlan** e **Eduardo**, sem os quais eu não teria o suporte necessário para percorrer a caminhada até aqui.

A **Prof.^a Dr.^a Maria de Fatima Pereira Alberto**, minha orientadora, por todos os ensinamentos vivenciados nesta caminhada. Pelo exemplo de pessoa e profissional, por acreditar e insistir numa Psicologia crítica e comprometida com os direitos das crianças e jovens.

Ao **Prof. Dr. Anísio José da Silva Araújo** pela leitura cuidadosa e pelas importantes contribuições para elaboração deste trabalho.

A **Prof.^a Dr.^a Tatiana de Lucena Torres** por aceitar o convite em compartilhar suas experiências e colaborar com a finalização deste trabalho.

Aos colegas do **NUPEDIA**, em especial, **Cibele, Denise, Gabriela, Gabriel, Leilane, Manuella** e **Tâmara**, pelo acolhimento, carinho, paciência e suporte durante a convivência nos últimos dois anos, vocês se tornaram amigos muito especiais e queridos que desejo levar por toda a vida.

A **Manuella**, uma pessoa tão amável e querida, muito grata pelo acolhimento antes mesmo de eu fazer parte oficialmente do NUPEDIA. Obrigada Manu por se fazer presente desde o processo seletivo até o término do mestrado.

A **Tâmara** e **Denise** pela paciência e escuta constante, pela companhia nas aulas e nas viagens para cursar disciplinas na UFRN. Muito obrigada pelo carinho e presença ativa de vocês nos meus dias.

A **Cibele** e **Tâmara** pelas experiências compartilhadas nos projetos de extensão. Aprendi muito com vocês, obrigada pela paciência e pela oportunidade de compartilhar tantas vivências juntas.

A **Cibele**, pela companhia desde o dia que nos conhecemos, na seleção. Pela parceria nas aulas, nos trabalhos, nos estudos, na pesquisa de campo, enfim, em todos os momentos dessa caminhada. Pela disponibilidade em escutar as angústias e compartilhar os sofrimentos e conquistas, por toda nossa convivência juntas, muito obrigada!

A **Rebeca** e os estudantes de Psicologia, com os quais compartilhei a experiência do Estágio em Docência, fundamental neste processo de formação.

Aos **jovens** que participaram da pesquisa, pela disponibilidade e generosidade em compartilhar suas trajetórias de vida.

A todos os amigos e amigas que veem me apoiando ao longo deste processo de formação.

A todos que não mencionei, mas que fizeram parte direta ou indiretamente deste trabalho.

A CAPES pelo apoio financeiro sem o qual não seria possível à realização deste trabalho.

“Nada é impossível de mudar. Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar” (Bertold Brecht).

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral: Compreender o acesso às políticas públicas de garantia de direitos na trajetória de vida de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação em uma cidade do estado da Paraíba. E como objetivos específicos: Identificar as políticas públicas que os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas acessaram em suas vidas antes do ato infracional; Caracterizar a trajetória de acesso às políticas públicas dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e Analisar o contexto social dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas antes do ato infracional. A fundamentação teórica deste estudo é a perspectiva histórico cultural de Vigotski. A pesquisa ocorreu em uma instituição pública que executa medidas socioeducativas no estado da Paraíba. Para coleta dos dados utilizou-se entrevistas abertas e um questionário. Dez jovens participaram da entrevista e seis do questionário, pois os demais foram transferidos para outras instituições durante a coleta de dados. Foram realizadas análises descritivas nos questionários e Análise de Conteúdo Temática nas entrevistas. Os resultados revelaram que os participantes acessaram antes do cumprimento de medidas socioeducativas as políticas de saúde, educação e assistência social. Entretanto, apesar desse acesso, tais políticas não se apresentaram como espaços efetivamente protetivos e garantidores de condições plenas para o desenvolvimento destes sujeitos, de tal modo que estes jovens são marcados por vivências de negação de direitos e ausência de condições favoráveis ao seu desenvolvimento, impedindo que estes se enxerguem enquanto sujeito de direitos, resultando em processos de exclusão e criminalização da juventude pobre.

Palavras-chave: Juventude; Medidas Socioeducativas; Políticas Públicas; Desenvolvimento.

ABSTRACT

The general objective of this dissertation is to understand the access to public policies which guarantee the rights in the life history of juveniles undergoing socio-educational services in a city the state of Paraíba. And its specific objectives are to identify the public policies that juveniles undergoing socio-educational services had access to in their lives before the infractional, to characterize the access pathway to the public policies of these juveniles, and to analyze the social context of the juveniles undergoing socio-educational services prior to the infractional. The theoretical framework of this work follows Vygotsky's cultural-historical perspective. This field research took place in a public institution which performs socio-educational services in the state of Paraíba. The data were collected by way of open interviews and a questionnaire. Ten juveniles took part in the interview and six others in the questionnaire, since the rest of them were transferred to other institutions during data collection. Descriptive analyses were performed in the questionnaires and Thematic Content Analysis in the interviews. The results have shown that the participants had access to health, educational and social assistance policies before undergoing socio-educational services. However, despite this access, such policies did not present themselves as effectively protective spaces which guarantee the full conditions for the development of these subjects, since these juveniles are marked by experiences of denial of rights and absence of favorable conditions to their development, preventing them from seeing themselves as subjects of rights, resulting in processes of exclusion and criminalization of the impoverished youth.

Keywords: Youth; Socio-Educational Services; Public Policies; Development.

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS

- Figura 1** Conjunto de Temas e Categorias resultantes da Análise de Conteúdo Temática.....62
- Figura 2** Conjunto de Temas e Categorias resultantes da Análise de Conteúdo Temática sobre as Trajetórias de Acesso às Políticas Públicas.....71
- Figura 3** Conjunto de Temas e Categorias resultantes da Análise de Conteúdo Temática sobre o Contexto Social dos Jovens.....87
- Figura 4** Rotina dos participantes na infância.....88

LISTA DE TABELAS

TABELAS

Tabela 1	Caracterização dos participantes.....	63
Tabela 2	Políticas públicas acessadas pelos jovens antes do cumprimento da medida socioeducativa	65
Tabela 3	Política de educação.....	66
Tabela 4	Política de saúde.....	67
Tabela 5	Política de assistência social.....	68
Tabela 6	Demais atividades ou projetos não governamentais.....	68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAIS – Centro de Atenção Integral à Saúde

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEMAA – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor Alice de Almeida

FEBEMs – Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FUNDAC – Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida

MSE – Medida Socioeducativa

NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família

N.C. – Não consta a informação

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIA – Plano Individual de Atendimento

PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PSE – Programa de Saúde na Escola

PSF – Programa de Saúde da Família

SAM – Serviço de Assistência aos Menores

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SETRASS – Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I – Políticas Públicas para Infância e Juventude: Conceitos e aplicações.....	21
1.1. Histórico das políticas de atendimento destinadas às crianças e jovens brasileiros.....	22
1.2. Juventude e atos infracionais: perspectivas sobre jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.....	33
CAPÍTULO II – Aspectos Teóricos: Perspectiva Histórico Crítica.....	42
2.1. Desenvolvimento na Perspectiva Histórico Cultural.....	43
2.2. Políticas Sociais na Perspectiva Crítica.....	47
CAPÍTULO III – Percursos Metodológicos.....	54
3.1. Locus.....	55
3.2. Participantes.....	56
3.3. Técnicas e instrumentos.....	56
3.4. Procedimentos de coleta dos dados	58
3.5. Procedimentos de análise dos dados.....	59
CAPÍTULO IV – Resultados e Discussões: Compreendendo as Trajetórias de Acesso dos Jovens às Políticas Públicas.....	61
4.1. Caracterização dos participantes.....	63
4.2. Políticas públicas acessadas pelos jovens.....	65
4.3. Trajetórias de acesso as políticas públicas.....	70
4.4. Contexto social dos jovens.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103

REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICES.....	117
ANEXOS.....	123

INTRODUÇÃO

A violência urbana constitui-se atualmente como uma das principais pautas da sociedade brasileira. Neste âmbito, destaca-se o papel da mídia na veiculação de um suposto aumento nos índices de violência, os quais têm criado um cenário de terror na população, cada vez mais temerosa e descrente em relação à segurança pública (Carvalho & Silva, 2011). Neste contexto, destaca-se também o aumento da violência sofrida e praticada por parte da população mais jovem (Zappe & Ramos, 2010).

No entanto, Waiselfisz (2014), em seu estudo intitulado Mapa da Violência, o qual apresenta um panorama acerca da juventude e violência no Brasil, aponta um fenômeno pouco veiculado na mídia, que se refere ao aumento de homicídios da população jovem brasileira nos últimos anos. No levantamento realizado por Waiselfisz (2014), no período entre 2001 a 2011 morreram 299.413 jovens vítimas de homicídios – nas faixas etárias de 15 a 29 anos de idade – o que resultou numa taxa de homicídios dos jovens brasileiros em 2011 de: 53 por 100 mil jovens. No que diz respeito ao perfil destes jovens assassinados, em sua maioria, são caracterizados como sendo do sexo masculino, negros e pobres. Esses dados colocaram o Brasil na oitava posição no ranking mundial de maiores taxas de homicídios entre os jovens no ano de 2011.

Deste modo, destaca-se a necessidade de estudos científicos que considerem os múltiplos fatores históricos, sociais, políticos e econômicos que perpassam a temática da violência e juventude no Brasil. Em estudo realizado por Jimenez & Frassetto (2015), no qual os autores traçam uma análise comparativa dos perfis dos adolescentes brasileiros a partir do Mapeamento Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e do Índice de Homicídios na Adolescência, constataram que os adolescentes vitimados por homicídio apresentam um perfil muito semelhante ao dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, a saber, são pobres, do sexo masculino, negros, possuem baixa escolaridade e residem nas regiões metropolitanas dos grandes centros urbanos.

Diante disso, compreende-se que o cenário de violência vivenciado no Brasil, é fruto de um longo e complexo processo histórico de privação de direitos, proteção e promoção social a parcelas significativas da população. Logo, torna-se fundamental problematizar a complexidade das expressões da violência, conforme assinalam Cairus & Conceição (2010) no trecho a seguir.

A juventude tem se alternado nos papéis de vítimas e de algozes da violência e compreender a inserção do jovem nesses contextos é crucial para a elaboração de estratégias de intervenção que visem à sua proteção e a construção do sujeito cidadão (pp. 288-289).

Neste cenário, busca-se entender como as políticas públicas tem atuado no que se refere a proteção da infância e juventude no contexto brasileiro, bem como quais são os atravessamentos que perpassam as expressões da violência nesta parcela da população, pois segundo apontam as autoras Zappe & Ramos (2010) na citação abaixo:

Apesar de no imaginário social residir a ideia de que os adolescentes sejam os principais responsáveis pelo estado atual de violência urbana, vários trabalhos mostram que isso não só não é verdade, como reflete justamente o contrário da realidade, pois são, na realidade, as maiores vítimas da violência (p.367).

Portanto, considera-se teoricamente relevante compreender em que medida os processos de desenvolvimento dos sujeitos são atravessados pela cultura e como o contexto oportuniza as condições para o desenvolvimento destes indivíduos, tendo em vista a compreensão destes desdobramentos na constituição dos sujeitos, bem como na prática de atos infracionais.

Além disso, faz-se socialmente relevante compreender o contexto social dos jovens que a literatura tem apontado como vítimas e protagonistas da violência, para que esta seja

tratada em toda sua complexidade, com o intuito de desvelar os desdobramentos da violência na sociedade e na constituição dos sujeitos, bem como possibilitar a criação de estratégias que possam diminuir as expressões desta.

O interesse por esta temática surgiu devido a participação em projetos de pesquisa e extensão, intitulados “Segurança Pública e Direitos Humanos: Análise de Micro e Macro Violências do Sistema Prisional”, “Subjetividade e Direitos Humanos: Apoio Psicossocial e Monitoramento das Condições do Cárcere na Paraíba” sobre as temáticas de segurança pública, subjetividade e direitos humanos, vinculados ao Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (CRDH/UFPB), durante a graduação em psicologia. Nesse período foi possível construir reflexões críticas acerca dos processos de criminalização das populações pobres a partir da perspectiva da Criminologia Crítica e da Psicologia Histórico Cultural.

Diante disto, o objetivo geral desta dissertação é compreender o acesso às políticas públicas de garantia de direitos na trajetória de vida de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação em uma cidade do estado da Paraíba. E os objetivos específicos são: Identificar as políticas públicas que os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas acessaram em suas vidas antes do ato infracional; Caracterizar a trajetória de acesso às políticas públicas dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e Analisar o contexto social dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas antes do ato infracional.

A presente dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda os aspectos históricos referentes as políticas públicas destinadas a infância e juventude no Brasil, abrangendo as temáticas das medidas socioeducativas, juventude e atos infracionais.

O segundo capítulo apresenta os aspectos teóricos, a partir da Perspectiva Crítica e Perspectiva Histórico Cultural, através das categorias Desenvolvimento e Políticas Sociais. No terceiro capítulo são descritos os percursos metodológicos, apontando os instrumentos, técnicas e procedimentos utilizados para coleta e análise dos dados.

No quarto capítulo são apresentados os resultados e as discussões provenientes das descrições e análises dos dados. Por fim, são tecidas algumas considerações finais referentes aos achados da pesquisa.

CAPÍTULO I

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE: CONCEITOS E APLICAÇÕES

1.1. Histórico das políticas de atendimento destinadas às crianças e jovens brasileiros

As primeiras ações destinadas à infância brasileira apresentavam-se como práticas assistenciais e caritativas, tendo sido iniciadas pelas instituições religiosas (essencialmente a Igreja Católica). Uma das principais práticas deste período foi a utilização das “Rodas dos Expostos”, um tipo de aparelho em formato cilíndrico, fixada nos muros dos asilos e conventos religiosos (Figueiró, Minchoni & Mello, 2014).

A Roda dos Expostos foi considerada a primeira instituição oficial de atendimento destinada às crianças abandonadas no país. A categoria crianças abandonadas compreendia às crianças órfãs, filhas de escravos, rejeitadas, pobres e filhos de uniões consideradas adúlteras ou ilícitas que perdurou desde o período colonial, no qual foi instaurada até a década de 1950, quando foi extinta, tendo sido considerada uma importante ferramenta de sobrevivência para os bebês ali submetidos, apesar da precariedade dos asilos e instituições religiosas da época (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005; Arantes, 2004).

No entanto, a partir do século XIX a instituição Roda dos Expostos passou a ser questionada e tornou-se alvo de diversas críticas, devido ao surgimento de novas concepções sobre infância oriundas dos ideais higienistas que passaram a entrar em vigor no Brasil. O movimento higienista, liderado por profissionais das elites, médicos e juristas, e baseado nos princípios da eugenia, objetivava a construção de uma sociedade livre de desvios e desordens, sendo estes aspectos considerados enquanto características inerentes das classes mais desprivilegiadas. Deste modo, a infância, especificamente a infância pobre, torna-se alvo de atenção do Estado, com o intuito de ordem e controle social (Figueiró et al., 2014).

Diante do ideário higienista e das transformações econômicas, sociais e políticas vivenciadas pelo estado brasileiro, tais como, o fim do regime de escravidão, o crescente número de imigrantes europeus, a emergência de novos mercados de trabalho, o crescimento desordenado das áreas urbanas e o conseqüente aumento do contingente de pessoas vivendo nas ruas das grandes cidades, em especial, crianças e jovens, observa-se o surgimento de uma nova categoria social, os “menores”, a qual incluiu o conjunto das crianças e jovens pobres, abandonados, moradores de rua, que passaram a ser entendidos como potenciais criminosos e ameaçadores da ordem social (Cruz et al., 2005).

A categoria “menor” deu origem a uma nova política de atendimento a infância pobre brasileira, a política de assistência ao menor e a Doutrina da Situação Irregular, cujo propósito era retirar das ruas as crianças consideradas em situação de irregularidade — abrangendo as crianças abandonadas, em situação de rua, negligência, maus tratos, que cometessem uma infração às leis e àquelas que viviam com suas famílias em precárias condições de sobrevivência — e encaminhá-las para instituições consideradas pelos legisladores da época como o espaço mais adequado para manter estas crianças, chamadas de casa de correção ou reformatórios (Figueiró et al., 2014).

Esta nova concepção de infância e juventude, destinada às classes pobres deu início a uma série de políticas e serviços voltados a este público, dentre eles destacam-se: o primeiro Código de Menores regulamentado em 1927, o Serviço de Assistência aos Menores (SAM) em 1941, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs) (Figueiró et al., 2014).

Estes serviços eram disseminados pelo Estado como políticas ‘protetivas’ destinadas ao bem-estar da sociedade. Entretanto, tais serviços apresentavam-se essencialmente de

caráter punitivo e segregacionista, que não dava conta do complexo fenômeno social em questão – a pauperização da população e os consequentes processos de desigualdade social advindos do desenvolvimento econômico burguês. Tal modelo de atendimento à infância e juventude brasileira permaneceu consolidado no país até a década de 1980, na qual se observou um fortalecimento das lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais que reivindicaram importantes mudanças para sociedade brasileira, culminando na promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e posteriormente na consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069 de 1990 (Campos & Cavalcante, 2014).

O Estatuto da Criança e do Adolescente¹ (ECA) representa o marco legal primordial no tratamento protetivo à infância e juventude brasileira. O ECA demarca o rompimento com a Doutrina da Situação Irregular, que consistia numa política de controle e repressão destinada as crianças e jovens oriundos das classes pobres, cuja principal atuação, resumia-se a internação compulsória do público infanto-juvenil, considerados “menores” em situação irregular e instaura a Doutrina da Proteção Integral (Jimenez & Frasseto, 2015; Zappe & Ramos, 2010). Conforme afirma Gurski (2012, p. 69):

O paradigma da Doutrina de Situação Irregular, que definia crianças e adolescentes em situação de risco social, como potenciais autores de ato infracional e na qual prevalecia a ideia de punição, sendo a família vista como perniciosa e permissiva aos

1 Apesar dos ordenamentos jurídicos brasileiros usarem o termo adolescente para as pessoas com idades entre 12 e 18 anos, neste trabalho utiliza-se a categoria juventude para se referir a esse público, pois a categoria adolescência remete à aspectos individuais e biológicos como determinantes dessa etapa da vida. Já a categoria juventude, compreende o sujeito como um ser construído histórica e socialmente, a partir de suas relações com o contexto social no qual está inserido. Deste modo, o termo adolescente será utilizado quando for feita a reprodução literal do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo mantido o termo jovem/juventude para as demais situações.

desvios da conduta, foi alterada para uma visão na qual a criança e o adolescente constituem prioridade absoluta.

A Doutrina da Proteção Integral diz respeito ao conjunto de princípios protetivos adotados pelo país, consolidados pelo ECA e uma série de arcabouços jurídicos de proteção aos Direitos Humanos Fundamentais anteriores ao ECA (Declaração de Genebra de 1924, Declaração dos Direitos Humanos de 1948, Declaração dos Direitos das Crianças aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1959, e A Constituição Federal Brasileira de 1988) destinados às crianças e jovens, que até então não eram considerados cidadãos possuidores de direitos (Campos & Cavalcante, 2014).

O reconhecimento de crianças e jovens enquanto sujeitos de direitos, implica o reconhecimento do dever do Estado em fornecer a proteção social e a garantia de políticas protetivas que oportunizem as condições para o seu pleno desenvolvimento. Deste modo, conforme o Artigo 4º do ECA, as crianças e adolescentes brasileiros passam a ter seus direitos fundamentais garantidos, são eles, “os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Brasil, 1990a).

Além de garantir tais direitos, o ECA estabelece como dever da família, da sociedade em geral, da comunidade e do poder público em efetivá-los. Assim sendo, a criança e o adolescente são considerados como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento e devem ter prioridade no atendimento das políticas públicas; cabendo ao Estado ofertar uma série de serviços e políticas para atender as necessidades e o pleno desenvolvimento desta parcela da população (Brasil, 1990a).

Portanto, verifica-se que o ECA determinou a aplicação das garantias constitucionais às crianças e adolescentes e originou a criação de políticas e programas que efetivassem a

garantia dos direitos desta parcela da população.

Dentre estas políticas, encontram-se as políticas de saúde, educação e assistência social — consideradas neste trabalho as três áreas principais de execução da política de atendimento à infância e juventude — que de forma articulada compõem o Sistema de Garantia de Direitos da população infanto-juvenil. Sistema de Garantia de Direitos pode ser entendido conforme Perez & Passone (2010, p. 667) como:

Um conjunto de instituições, organizações, entidades, programas e serviços de atendimento infanto-juvenil e familiar, os quais devem atuar de forma articulada e integrada, nos moldes previstos pelo ECA e pela Constituição Federal, com o intuito de efetivamente implementar a Doutrina da Proteção Integral por meio da política nacional de atendimento infanto-juvenil.

Ou seja, o Sistema de Garantia de Direitos envolve uma série de instituições públicas, governamentais e não governamentais, dos diferentes setores e políticas sociais públicas, como saúde, educação, assistência social e sistema de justiça, que devem trabalhar de forma articulada e integrada visando a proteção integral das crianças e jovens através dos eixos, promoção, defesa e controle social (Bauer, De Carvalho, Stangherlim & Diniz, 2015).

No que diz respeito ao direito à saúde, este é assegurado por meio de uma política de atendimento à saúde integrada e articulada através do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual é composto por uma rede regionalizada e descentralizada de serviços de saúde, que devem ser geridos pelos princípios da universalidade, integralidade e igualdade (Raposo, 2009). Dentre os serviços que compõem o SUS, encontram-se as Unidades de Saúde da Família que executam o Programa de Saúde da Família (PSF); as Unidades de Pronto Atendimento (UPA), os Centros de Atenção Integral à Saúde (CAIS), os Hospitais, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), entre outros.

Segundo Raposo (2009) as principais dificuldades enfrentadas pelos serviços de saúde em relação ao atendimento do público infanto-juvenil, com destaque para a rede de atenção básica são:

Ausência de profissionais capacitados para o atendimento ao adolescente, a ausência de uma demanda organizada “em consonância com a estratégia da territorialidade” voltada para o desenvolvimento de ações como: busca ativa, captação precoce de adolescentes grávidas, estratégias de trabalho com grupos de adolescentes na perspectiva do protagonismo juvenil (Raposo, 2009, p. 129).

Fonseca et al. (2013) apontam que entre as ações que podem ser executadas pelo PSF, encontra-se o Programa de Saúde na Escola (PSE) que consiste num conjunto de ações socioeducativas executadas por profissionais do PSF em parceria com os profissionais de escolas da rede pública de ensino, voltadas a promoção de saúde e prevenção das vulnerabilidades que perpassam as vivências destas crianças e jovens. Entre as ações oferecidas por este programa, os autores acima referidos citam:

Avaliações clínicas, psicossociais, nutricionais e avaliações da saúde bucal. Há também ações de promoção da saúde e prevenção de doenças por meio da promoção da alimentação saudável, realização de atividades físicas, educação para a saúde sexual e reprodutiva, conscientização quanto ao uso do álcool, tabaco e outras drogas (Fonseca et al. 2013, p. 262).

Deste modo, observa-se que a política de saúde é composta por serviços e programas, articulados e integrados, de atenção básica, ambulatoriais e emergenciais, guiados principalmente pela Lei Orgânica da Saúde (Lei Nº 8.080 de 1990) que instituiu o SUS e por planos e políticas decorrentes desta (Brasil, 1990b).

No que concerne ao direito à educação, este é garantido pela Constituição Federal de 1988 e regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9.394 de 1996) que assegura o ensino básico obrigatório e gratuito aos cidadãos entre os quatro e dezessete anos, distribuídos em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. (Brasil, 1996). Para tanto são ofertadas vagas em serviços como creches, para o nível pré-escolar, e escolas, para os demais níveis, de responsabilidade compartilhada entre os diferentes níveis governamentais - municipal e estadual.

Além disso, são oferecidos programas complementares no contra turno escolar, tais como os Programas Segundo Tempo e Mais Educação, sendo estes, criados e regulamentados pelo governo federal, através dos Ministérios da Educação e do Esporte.

Nos últimos anos tem se observado uma ampliação do acesso à educação, principalmente do ensino fundamental. Entretanto, este avanço não tem garantido a qualidade do ensino, nem a conclusão deste pela população juvenil das classes populares (Leite, Pessoa, Santos, Rocha & Alberto, 2016; Bauer et al., 2015).

Nos achados da pesquisa de Leite et al. (2016) sobre os sentidos da escola para jovens entre treze e quinze anos de idade, as autoras concluem que esta ocupa um duplo sentido, sendo ao mesmo tempo um espaço de aprendizado — uma forma para melhorar as condições materiais de vida — e um ambiente seguro para formação de laços e afetos, que lhes são dificultados em outros espaços que estes circulam.

Além disso, Bauer et al. (2015) discutem sobre a importância do debate nos espaços educativos e escolares com profissionais, educandos e familiares acerca das violações sofridas pelas crianças e jovens no contexto brasileiro, como forma de educação em direitos humanos, promoção de cidadania e também como mecanismo de prevenção e denúncia das violações praticadas contra o público infante-juvenil. Destacando que esta é uma

problemática que exige uma ação integrada e articulada entre as várias políticas públicas, as diferentes áreas do conhecimento e os diversos atores sociais que perpassam a sociedade.

No que se refere à política de assistência social, esta é regida pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742 de 1993) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual estabelece dois níveis de atenção: a proteção social básica e proteção social especial, ofertadas principalmente pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respectivamente (Brasil, 1993).

A proteção básica é considerada o foco das ações, pois esta visa a promoção da cidadania e a prevenção de violações mais graves. A proteção básica é constituída principalmente pelos CRAS, compostos por profissionais de psicologia, serviço social, além de educadores sociais, os quais realizam atendimentos às famílias e indivíduos considerados em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista a promoção de ações socioeducativas, profissionalizantes, desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento dos vínculos afetivos, familiares e comunitários (Zaniani & Boarini, 2011). Os CRAS também são os responsáveis pelos cadastros das famílias em situação de vulnerabilidade em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (Fávero, Dias, Raphael & Santos, 2014).

A proteção social especial engloba serviços direcionados a pessoas em situação de rua, crianças e jovens em acolhimento institucional, serviços que executam medidas socioeducativas, ou seja, sujeitos que tiveram seus direitos violados e negados, através de diferentes formas de violência, como a violência física, sexual, trabalho infantil, além da violência estrutural, praticada pelo Estado quando este não garante os direitos sociais de educação, saúde, moradia, entre outros (Macêdo, Pessoa & Alberto, 2015).

A proteção social especial é dividida em média e alta complexidade, a média complexidade, refere-se aos serviços destinados aos sujeitos e famílias que tiveram seus direitos violados, mas que não tiveram os vínculos familiares e comunitários rompidos. Na proteção social especial de média complexidade o CREAS é o principal órgão executor dos serviços e compreende os serviços de orientação e apoio sociofamiliar, abordagens nas ruas, visitas domiciliares, medidas socioeducativas de meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida), entre outros. Já a alta complexidade, abrange os serviços voltados aos sujeitos que tiveram seus vínculos familiares e comunitários rompidos ou ameaçados, nos quais os sujeitos foram retirados do convívio familiar e comunitário, tais como, Acolhimento institucional integral, Casas de Passagem, Casas Lar, Albergues, Famílias substitutas, Medidas socioeducativas de privação de liberdade (semiliberdade e internação) (Brasil, 2004).

Entre as ferramentas de consolidação de direitos integrantes da política de assistência social, encontra-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Este programa foi criado tendo em vista o enfretamento ao trabalho infantil, problemática bastante acentuada na sociedade brasileira. Além do objetivo de erradicação do trabalho infantil, Alberto, Pessoa, Costa, Belém & Silva (2016, p. 466) apontam que “uma das funções do PETI é de atuar como ação educativa complementar à escola, na qual devem ser realizadas atividades de apoio ao processo de aprendizagem, por meio de reforço escolar, aulas de informática, línguas estrangeiras, direitos humanos, entre outros”. Isto é, este programa visava além da retirada das crianças e jovens da situação do trabalho precoce, a inserção destas em atividades educativas que promovam condições dignas de desenvolvimento e cidadania.

Entretanto a partir do ano de 2014, os serviços socioeducativos oferecidos pelo PETI no contra turno escolar, passaram a ser ofertados pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em decorrência de mudanças no plano de ação

estratégica deste programa, as quais visaram priorizar o atendimento as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, incluindo neste rol, as crianças e jovens que faziam parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Brasil, 2014).

Além destas políticas e serviços, cabe destacar a criação dos Conselhos Tutelares, instituídos com o ECA na década de 1990. Os Conselhos Tutelares são órgãos públicos, autônomos, fiscalizadores do cumprimento dos direitos das crianças e jovens brasileiros. Tal instrumento atua no âmbito municipal e atende a inúmeros casos de violência contra criança e jovens, até os dezoito anos incompletos, como violência sexual, trabalho infantil, maus tratos, abandono, entre outros. Devendo acionar o Sistema de Garantia de Direitos para encaminhar estas crianças e jovens a serviços que busquem cessar as violações sofridas, tendo em vista a promoção do bem-estar físico e mental destas crianças e jovens (Lima & Costa, 2015; Fonseca et al. 2013).

Dentre as atribuições dos Conselhos Tutelares preconizadas pelo ECA no Art. 136, destacam-se: atendimento às crianças e jovens adolescentes nos casos de denúncia dos variados tipos de violência; aconselhamento aos pais ou responsáveis e aplicação de medidas protetivas; acionar serviços públicos requisitando atendimento à população infanto-juvenil, como solicitar vagas em creches e matrícula em escolas; encaminhar às autoridades judiciárias infrações contra crianças e adolescentes, bem como os casos de sua competência; representar crianças e adolescentes perante o judiciário contra violações de direitos, entre outras (Brasil, 1990a).

Com isso, observa-se que as legislações posteriores a Constituição Federal de 1988 e ao ECA vem prevendo uma série de políticas, serviços e programas para o atendimento integral da população infanto-juvenil brasileira. Deste modo, além dos aspectos mencionados, destaca-se também a participação comunitária como um dos elementos fundamentais para

fiscalização e controle destas políticas, preconizado nas legislações e políticas acima referidas.

No que se refere à participação comunitária, observa-se a necessidade do fortalecimento dos vínculos comunitários e das redes de apoio social e pessoal dos cidadãos. Sobre este aspecto, Ribeiro & Vasconcelos (2014), apontam que estas redes são importantes ferramentas para participação da comunidade na reivindicação de seus direitos fundamentais, pois estas possibilitam a proposição de ações coletivas que visem o bem-estar dos sujeitos de uma comunidade.

Entretanto, no que diz respeito a constituição, funcionamento e efetividade destas políticas, a literatura vem retratando que apesar dos avanços nas legislações após o ECA, existe uma discrepância entre as legislações e aplicação destas leis na prática (Fonseca et al. 2013; Gurski, 2012; Ayres, Cardoso & Pereira, 2009).

Entre os motivos destas discrepâncias, Gurski (2012) aponta que as políticas públicas destinadas às crianças e jovens brasileiros são marcadas desde sua constituição por dificuldades na definição de seu objeto de ação, principalmente, devido à ausência de conhecimento acerca das especificidades da infância e pelo não reconhecimento da criança enquanto sujeito de direitos. Segundo esta mesma autora:

É preciso destacar que, nesse tutelamento do Estado, especificamente no caso do Brasil, sempre estiveram presentes duas infâncias: a das classes abastadas e a das classes populares. Enquanto a primeira era preparada para assumir o comando do Estado, a segunda era estimulada a servir o país. Desse modo, as políticas públicas direcionadas às crianças e aos adolescentes foram sendo construídas para atender crianças de classes sociais menos favorecidas (Gurski, 2012, p. 67).

Além disso, Ayres, Cardoso & Pereira (2009) assinalam que apesar das políticas públicas para infância e juventude estarem pautadas na proteção integral e na garantia dos direitos humanos e de cidadania, estas, ao mesmo tempo foram constituídas com o neoliberalismo, no qual o Estado não prioriza investimentos nas questões sociais, o que acarreta uma enorme discrepância entre a legislação e a execução das políticas públicas.

Autores como Gurski (2012) e Perez & Passone (2010) discorrem também que estas políticas para a infância e juventude, ainda carregam traços assistencialistas, marcados pelo viés da institucionalização e segregação, resultando em ações de criminalização e exclusão que vão à contramão da perspectiva de garantia de direitos, dificultam à efetivação da noção de cidadania e concretização destas políticas para as crianças e jovens pobres brasileiros.

1.2. Juventude e atos infracionais: perspectivas sobre jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

No que diz respeito aos jovens e a prática do ato infracional, com a criação do ECA, a transgressão cometida pelos adolescentes (pessoas na faixa etária de 12 a 18 anos) é considerada um ato infracional, inimputável, ou seja, não passível de responsabilização penal, devendo ser submetido às medidas socioeducativas, cujo interesse consiste na tentativa de reinserção social e do fortalecimento dos vínculos afetivos, familiares e comunitários (Brasil, 1990). Atribui-se às medidas socioeducativas uma ação pedagógica, em detrimento do viés punitivo do sistema penal (Francischini & Campos, 2005).

O ECA estabelece, de acordo com o artigo 112, as medidas socioeducativas em: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

Ademais, tendo em vista que os adolescentes são considerados sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, as medidas aplicadas aos adolescentes deverão considerar suas capacidades para cumpri-las, bem como as circunstâncias e a gravidade das infrações cometidas (Brasil, 1990a).

Deste modo, as medidas socioeducativas objetivam a desaprovação da conduta infracional e a responsabilização do jovem pela prática do ato infracional, tendo em vista a integração social do jovem e a garantia de seus direitos fundamentais, a partir da construção e execução de um plano individual de atendimento (Brasil, 2012).

O Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento pedagógico norteador das práticas junto aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, através do qual são planejados os aspectos necessários para execução efetiva da medida, considerando os interesses dos jovens e suas relações familiares, devendo ser construído em conjunto com o jovem e sua família (Teixeira, 2014).

Assim, a aplicação das medidas socioeducativas deve preconizar ações que levem a reflexão e superação do ato infracional a partir do planejamento de ações pedagógicas que levem em conta os interesses dos jovens e o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários (Marques, 2013).

Alguns trabalhos apontam que entre as medidas socioeducativas, a medida de internação é a que menos possibilita condições favoráveis ao desenvolvimento dos jovens no que se refere à reinserção social destes (Francischini & Campos, 2005; Souza & Venâncio, 2011). E sugere-se que seja dada prioridade as medidas em meio aberto, pois estas devem privilegiar os vínculos comunitários e familiares (Jimenez & Frasseto, 2015).

Constata-se com a literatura que o Estatuto representa um avanço em relação às legislações anteriores, pois coloca como norte no atendimento às crianças e jovens o princípio

da proteção integral. A partir deste, foram instituídos novos mecanismos, tais como os Conselhos Tutelares e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), sendo este último um conjunto de normas que dispõem sobre os aspectos de padronização dos procedimentos jurídicos, administrativos e pedagógicos desenvolvidos na execução das medidas socioeducativas, tendo sua construção guiada tanto pelo governo como por grupos da sociedade interessados na garantia dos direitos desse público (Souza & Venâncio, 2011).

O SINASE foi inicialmente instituído pela Resolução 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e do Adolescente (CONANDA), tendo sido regulamentado pela Lei N. 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Seu objetivo é a padronização e sistematização de todos os procedimentos que envolvem a execução das medidas socioeducativas, ou seja, os aspectos jurídicos, pedagógicos, o acesso aos direitos sociais, à saúde, educação, assistência, proteção e segurança, priorizando uma ação sociopedagógica e o fortalecimento dos vínculos afetivos, familiares e comunitários dos jovens atendidos (Campos & Cavalcante, 2014; Brasil, 2012).

Entretanto, após mais de vinte anos de implementação do ECA, observa-se um crescente apelo midiático em relação a redução da maioridade penal de dezoito para dezesseis anos de idade, bem como a tramitação no Congresso Nacional de vários projetos de leis favoráveis a esta medida. Tais manifestações surgem sem embasamento teórico sólido, principalmente em decorrência da grande “espetacularização” sobre os atos infracionais, por parte dos meios de comunicação (Valença, Lima & Paiva, 2014).

As principais questões que a temática da redução da maioridade penal suscita, dizem respeito a uma série de problemas enfrentados pela sociedade brasileira em relação às medidas de segurança pública. Ou seja, reflexões sobre a falência da instituição prisional, violações de direitos humanos, ineficácia das políticas estatais no combate a violência e a

garantia de efetivação dos direitos das crianças e jovens, tais como acesso à escola, saúde, lazer, moradia, alimentação, entre outros. (Arantes, 2013).

Entende-se que discussões como estas da redução da maioridade penal são reflexos da não execução plena das políticas de proteção à infância e juventude brasileira. Observa-se que os ordenamentos jurídicos orientadores para execução das medidas socioeducativas estão bem delineados, mas que precisam avançar em termos de sua aplicação prática (Gobbo & Muller, 2011).

Nota-se com a literatura que as políticas públicas de proteção destinadas à infância e juventude pobres ainda se apresentam de forma falha e fragmentada, não assegurando os direitos fundamentais deste público (Siqueira & Tavares, 2013; Cairus & Conceição, 2010; Sartório & Rosa, 2010).

Diante do exposto, observa-se que a temática dos jovens que cometeram atos infracionais vem sendo tratada pela literatura científica, a partir da década de 1980 na perspectiva da Doutrina da Proteção Integral, (Gobbo & Muller, 2011). A literatura tem retratado os jovens que cometeram atos infracionais pelo viés da individualização e culpabilização do jovem e suas relações familiares (Dias, Arpini & Simon, 2011; Gallo, 2008), apontando os fatores de risco e proteção à prática do ato infracional, quanto pela necessidade de um olhar para sua trajetória de vida, os contextos sociais e os processos de violações sofridos por estes jovens antes do cumprimento das medidas socioeducativas (Lazarotto, 2014; Marques, 2013; Matsukura, Angelucci & Minatel 2013; Gobbo & Muller, 2011).

No que se refere aos fatores de risco e proteção à prática do ato infracional, Dias et al. (2011), Gallo (2008) e Zappe & Dias (2012), a partir dos achados de seus estudos, apontam como fatores de risco: a não frequência escolar, a situação de pobreza e os

problemas ou fragilidades na estrutura familiar, tais como, a ausência da figura paterna, precariedade dos vínculos afetivos e familiares, pouco tempo que as mães passam com os filhos em casa, pois precisam trabalhar para prover as necessidades econômicas da família, entre outros. E como fatores de proteção destacam: a frequência e acompanhamento escolar, boas relações familiares, participação em cursos profissionalizantes (Gallo, 2008).

Nota-se que o conjunto de fatores acima referidos não abarca os aspectos sociais, políticos e econômicos que perpassam esta temática, atribuindo a responsabilidade pela prática de atos infracionais apenas aos sujeitos e suas composições familiares, excluindo como fatores de risco a não oferta, por parte do Estado, de equipamentos de proteção e garantia de direitos, tais como creche, escola, formação profissional, atividades culturais, esportivas, de lazer, entre outras.

Observa-se a partir da perspectiva dos fatores de risco e proteção, uma culpabilização da família pela prática do ato infracional pelo jovem. Culpabilização esta que ocorre em relação às famílias que apresentam maior vulnerabilidade social e justificada por uma noção de que estas famílias são consideradas como desestruturadas ao serem comparadas com um padrão ideal de família concebido social e historicamente (Sartório & Rosa, 2010).

Além disso, observa-se uma dimensão punitiva na responsabilização do jovem durante o cumprimento da medida socioeducativa, através da qual o sucesso ou fracasso no cumprimento da medida é atribuído exclusivamente ao jovem. Nesta perspectiva, se oculta o papel das instituições, bem como as fragilidades das políticas públicas, da articulação com a rede de proteção e das condições socioeconômicas em que estes jovens estão inseridos (Siqueira & Tavares, 2013; Sartório & Rosa, 2010).

Entretanto, diversos estudos reconhecem que os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas antes de praticarem atos infracionais, vivenciaram situações desfavoráveis ao

seu desenvolvimento. Seja pela composição familiar (Zappe & Dias, 2012), pela situação de vulnerabilidade e exclusão social, ou pela não garantia de seus direitos fundamentais (Siqueira & Tavares, 2013; Zappe & Ramos, 2010; Sartório & Rosa, 2010), destacando-se a necessidade de olhar para as trajetórias de vida destes jovens, observando suas histórias e “suas relações e interligações com a realidade social” (Gobbo & Muller, 2011, p. 183).

No que diz respeito aos processos de vulnerabilidade social e não garantia de direitos aos quais os jovens que cometeram atos infracionais foram submetidos, Sartório & Rosa (2010), ao analisarem projetos judiciais de duas Varas Especializadas da Infância e Juventude de Entrância Especial de uma região metropolitana do país, apontam que o sistema socioeducativo brasileiro insere, em sua maioria, os jovens pobres, que estão em situação de vulnerabilidade social, destacando a ausência de investimentos em políticas públicas para este público e ressaltando o caráter estigmatizador e estereotipado do sistema de justiça voltado à criminalização da pobreza, por parte do Estado como consequência das expressões da questão social.

Ayres, França Junior, Calanzas & Saleti Filho (2003), definem a vulnerabilidade a partir da articulação de três componentes, o individual, o social e o programático, resultantes de um conjunto de aspectos individuais, coletivos, contextuais e institucionais que colocam os indivíduos em situação de exposição a riscos. A partir destas considerações, a vulnerabilidade social, pode ser entendida como o conjunto de fatores de risco, que perpassam pelas dimensões sociais, políticas, coletivas, individuais e contextuais aos quais os sujeitos estão expostos no seu cotidiano, considerando também a responsabilidade e as falhas do Estado em prover a garantia dos direitos dos cidadãos através de criação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas efetivas.

Ademais, conforme apontam Fonseca, Sena, Santos, Dias & Costa (2013), estas “vulnerabilidades manifestam-se em violência cotidiana, no contexto familiar e escolar, obrigando crianças e adolescentes a se inserirem precocemente no mercado de trabalho e/ou no tráfico de drogas” (p. 258). Ou seja, a “falta de oferta de uma educação de qualidade, os baixos salários e o desemprego afetam também a trajetória de vida desses brasileiros, obrigando-os a se inserirem precocemente no mercado de trabalho e/ou no tráfico de drogas (Fonseca et al., 2013, p. 260).

No que se refere à questão social, esta pode ser entendida como o conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos oriundos das contradições entre capital e trabalho no sistema de produção capitalista (Yamamoto & Oliveira, 2014). Para Sartório & Rosa (2010, p. 555), “a questão social reflete as expressões concretas das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas presentes na realidade de inserção dos adolescentes na sociedade”.

Dentre as expressões da questão social para a infância e juventude, encontram-se a violência física, sexual, prática de atos infracionais, trabalho infantil, inserção em trabalho precário, uso e tráfico de drogas, institucionalização de crianças e jovens, entre outras (Cirino & Alberto, 2009; Alberto, 2007).

Deste modo, Sartório & Rosa (2010), enfatizam o contexto de ausência de políticas públicas efetivas e a dificuldade de acesso dos jovens aos seus direitos sociais, de modo que as medidas socioeducativas passam a ser acionadas em substituição às medidas de proteção social, através das quais os jovens seriam inseridos em programas sociais protetivos. Tais condições evidenciam “a ausência do Estado na consolidação dos direitos, deixando claro o papel do sistema de justiça que acaba atuando na culpabilização do indivíduo, e não na articulação da questão do direito ao papel das políticas públicas” (Sartório & Rosa, 2010, p.

572).

Sobre este mesmo aspecto, Zappe & Ramos (2010), ao realizarem uma pesquisa sobre o perfil dos jovens privados de liberdade em uma unidade socioeducativa na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, destacam que a maioria destes não frequentava a escola, e não estava inserido em nenhuma política pública, apontando para a situação de exclusão e desigualdade social, na qual estão inseridos os jovens das classes populares no Brasil.

Além disso, no que diz respeito ao acesso à escola e a escolaridade dos participantes da referida pesquisa, as autoras observaram que 96% não possuíam o Ensino Fundamental completo, apesar de já terem idade para tê-lo concluído. Tais dados possibilitam a reflexão acerca da não efetivação da escola como ferramenta primordial na socialização e inserção social dos jovens em situação de vulnerabilidade social. Diante do exposto, as autoras concluem sua pesquisa apontando a necessidade de “criação e efetivação de políticas sociais básicas que garantam o sadio desenvolvimento de crianças e adolescentes, fazendo valer o que já está previsto no ECA” (Zappe & Ramos, 2010, p. 372).

Ademais, Siqueira & Tavares (2013), ao analisarem a trajetória de vida de um jovem considerado em conflito com a lei, observaram que apesar do mesmo ter passado por políticas públicas de diversas áreas, assistência social (instituição de acolhimento, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS), saúde (unidade de saúde da família), educação (escola) e segurança (medidas socioeducativas), e por diferentes profissionais (psicólogos, assistentes sociais, educadores, etc.), problematizam sobre a fragilidade destas políticas na garantia e efetivação dos direitos das populações pobres, apontando que as práticas estabelecidas hegemonicamente nesses espaços, apresentam-se como práticas punitivas e controladoras, que resultam na criminalização da pobreza e da juventude pobre.

No que se refere ao perfil dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas a literatura aponta que estes apresentam um perfil semelhante, a maioria é pobre, encontram-se em situação de vulnerabilidade social, residem em regiões periféricas, possuem baixa escolaridade, foram ou são trabalhadores precoces – devido às necessidades de sobrevivência; são percebidos pela sociedade como perigosos, marginais, indivíduos de mau caráter; e sofrem constantemente com os processos de estigmatização e criminalização (Siqueira & Tavares, 2013; Sartório & Rosa, 2010; Junqueira & Jacoby, 2006).

Deste modo, observa-se que o atendimento destinado aos jovens que praticaram atos infracionais, apesar dos avanços previstos nas legislações brasileiras, constitui-se ainda como reflexo de um atendimento criminalizante e estigmatizador, historicamente dispensado às crianças e jovens pobres brasileiros. Diante disto, destaca-se neste trabalho a necessidade de aprofundamento sobre as trajetórias de acesso dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas às políticas públicas de proteção destinadas a este público, tendo em vista uma problematização acerca das implicações destas políticas para o desenvolvimento das crianças e jovens no contexto brasileiro.

CAPÍTULO II

ASPECTOS TEÓRICOS: PERSPECTIVA HISTÓRICO

CRÍTICA

Este capítulo versará sobre os aportes teóricos desta dissertação. O referencial teórico que embasa esta dissertação é a Perspectiva Histórico Cultural de Vigotski e a Perspectiva Histórico Crítica, através das categorias Desenvolvimento e Políticas Sociais.

2.1. Desenvolvimento na Perspectiva Histórico Cultural

A perspectiva histórico cultural oportuniza pensar o desenvolvimento humano a partir de sua integração com as relações sociais (Alberto & Santos, 2011). Ou seja, pensar o desenvolvimento articulado ao desenvolvimento histórico cultural das relações humanas e a evolução histórica das sociedades (Mascagna, 2009).

O aspecto histórico desta teoria pressupõe que o comportamento e o desenvolvimento dos sujeitos só podem ser compreendidos a partir do estudo da história de ambos, pois os instrumentos que os sujeitos utilizam para dominar o ambiente foram idealizados e aprimorados ao longo da história social do homem. Já o aspecto cultural diz respeito aos meios socialmente organizados pelos quais a sociedade estrutura os tipos de tarefas que os sujeitos enfrentam em seu desenvolvimento e os tipos de ferramentas que estes dispõem para dominar aquelas tarefas (Vigotskii, Luria & Leontiev, 2016/1988).

Deste modo, a perspectiva histórico cultural concebe o desenvolvimento como um fenômeno histórico, não determinado por leis naturais e universais, mas intrinsecamente relacionado às condições materiais da organização social e das condições históricas em que o desenvolvimento se processa (Pasqualini, 2009).

Segundo Souza & Andrada (2013, p. 364):

Ao postular o “sujeito histórico” como objeto de investigação da psicologia, Vigotski expressa uma visão de sujeito que incorpora, de modo inseparável, o social como

“fonte” de desenvolvimento e não como aspecto que o influencia. O sujeito histórico abrangeria, da perspectiva da totalidade, a consciência, as funções psicológicas superiores e a personalidade. [...] A vivência seria uma experiência que une a personalidade do sujeito e o meio, este último entendido como situação social de desenvolvimento, visto ser produzido socialmente, incluir os aspectos da cultura, sendo, portanto, “fonte” do desenvolvimento do psiquismo.

Portanto, para Vigotski, o desenvolvimento é entendido como um processo global, não linear, resultante das relações sociais que os sujeitos estabelecem com outros sujeitos e com o mundo exterior, sendo, ao mesmo tempo constituído e constituinte do meio no qual está imerso (Vigotskii et al., 2016/1988).

Vigotski apresenta “o sujeito como biopsicossocial, constituído por corpo, afeto, cognição e meio social de modo indissociável, em que um é causa e efeito do outro, produto e produtor do outro, cuja fragmentação torna-se impossível” (Souza & Andrada, 2013, p. 360). Deste modo, o conceito de desenvolvimento para Vigotski (2007/1984, p. 80):

Implica a rejeição do ponto de vista comumente aceito de que o desenvolvimento cognitivo é o resultado de uma acumulação gradual de mudanças isoladas. Acreditamos que o desenvolvimento da criança é um processo dialético complexo caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma forma em outra, embricamento de fatores internos e externos e processos adaptativos que superam os impedimentos que a criança encontra.

Assim, para Vigotski o desenvolvimento se processa numa dinâmica entre sujeito e contexto, articulado às relações sociais, constituído a partir da cultura e compreendido “num processo dialético, no qual o ser humano se transforma inserido em uma relação complexa

entre fatores internos e externos, que ocorre em condições materiais de vida” (Alberto, 2012, p. 422).

Logo, o desenvolvimento humano, caracteriza-se por transformações complexas, qualitativas, de uma forma de comportamento em outra que se dão através da mediação vivenciada entre os sujeitos e o contexto por meio dos signos e instrumentos (Vigotski, 2007/1984). Os instrumentos que os sujeitos utilizam para controlar o ambiente e seu comportamento foram criados e aprimorados ao longo da história social do homem (Vigotskii et al., 2016/1988).

Os sistemas de signos e instrumentos, que englobam a linguagem, a escrita, os sistemas numéricos e todas as ferramentas utilizadas pelos indivíduos para produção e reprodução das relações sociais ao longo da história das sociedades humanas promovem mudanças na forma social e nos níveis de desenvolvimento sócio cultural dos sujeitos (Vigotski, 2007/1984).

Por meio da mediação, os sujeitos vão se objetivando e se apropriando dos produtos concretos e abstratos que o homem produziu ao longo de sua história e essa aquisição, que ocorre dialeticamente, propicia o desenvolvimento das estruturas psíquicas dos indivíduos (Mascagna, 2009). Logo, a mediação possui uma função organizadora das estruturas psíquicas, através das quais, os sujeitos se apropriam de novas formas de comportamento (Vigotski, 2007/1984).

Através da constante mediação os processos psicológicos simples, inicialmente naturais e biologicamente herdados, transformam-se em processos psicológicos complexos, isto é, os processos psicológicos, inicialmente, são interpsíquicos – partilhados entre os sujeitos – e a medida que os sujeitos se desenvolvem as respostas mediadoras tornam-se processos intrapsíquicos (Vigotskii et al., 2016/1988). Em outras palavras, conforme discorre

Mascagna (2009, p. 53), “o desenvolvimento das funções psicológicas humanas ocorre, inicialmente, na relação com os outros – externamente – e depois consigo mesmo, isto é, internamente”.

Deste modo, nesta perspectiva, atribui-se importante papel ao contexto sócio cultural no qual os sujeitos estão inseridos, pois é através deste que são construídos os conteúdos e as dinâmicas que ao serem apropriados pelos sujeitos, possibilitam o desenvolvimento e a constituição de seu sistema psicológico. Isto é, “Os aspectos do ambiente não são dados, mas são construídos e se tornam importantes para o processo de desenvolvimento humano a partir do momento em que eles se transformam em uma experiência emocional (*perezhivanie*) para o sujeito” (Souza & Andrada 2013, p. 362).

Com isso, o desenvolvimento dos sujeitos para Vigotski se processa a partir da interação destes com outros sujeitos, em um processo dialético no qual um constitui o outro, tendo em vista a dinâmica social e cultural que perpassam estas relações (Molon, 2015). E desta forma, cada indivíduo se constituirá a partir das condições sociais, materiais, históricas e culturais que serão disponibilizadas para oportunizar seu desenvolvimento.

No que se refere aos diferentes níveis de desenvolvimento apresentados pelos sujeitos, Mascagna (2009), aponta baseada em Leontiev, que as diferenças entre os indivíduos, sejam elas materiais ou intelectuais, são resultados das desigualdades socioeconômicas advindas do sistema de produção vigente, capitalista. Em consequência deste último, a aquisição dos bens historicamente acumulados pela humanidade não se dá de forma igualitária entre todos os sujeitos. Deste modo, não se pode afirmar que todos os indivíduos possuem o desenvolvimento pleno de suas funções psicológicas superiores. Logo, segundo esta autora,

O desenvolvimento do psiquismo está atrelado às condições sócio-históricas, não sendo natural e biológica a estruturação da personalidade humana e nem sua forma de

viver em sociedade, como muitas teorias têm tentado explicar, universalizando as características do homem em diferentes condições histórico-sociais (Mascagna, 2009, p. 59).

Diante disto, para Vigotski, o sujeito é visto como “um ser histórico, cuja personalidade é estruturada com base nas circunstâncias históricas e na realidade do próprio indivíduo, uma realidade na qual nem todos têm acesso aos bens materiais e culturais de forma igualitária devido às diferenças de classe social” (Mascagna, 2009, p. 60). Logo, para compreender o percurso de desenvolvimento dos sujeitos, faz-se necessário considerar os aspectos históricos, sociais e culturais que constituem as relações sociais e históricas nas quais se processam este desenvolvimento.

2.2. Políticas Sociais na Perspectiva Crítica

No que diz respeito ao surgimento das políticas sociais, as primeiras iniciativas de legislações sociais que emergiram direcionadas aos trabalhadores, possuíam um caráter punitivo e repressor e não apresentavam uma perspectiva de garantia de direitos (Behring & Boschetti, 2011). Entre estas se destacam: o Estatuto dos Trabalhadores, de 1349, o Estatuto dos Artesãos de 1563, Leis dos pobres elisabetanas, entre 1531 e 1601, Lei de Domicílio (Settlement Act) de 1662, Speenhamlan Act de 1795 e a Nova Lei dos Pobres de 1834.

Para compreender a formatação das políticas sociais ao longo da história, faz-se necessário compreender as correntes de pensamento e as ideologias políticas que atravessaram a constituição destas políticas. O período entre meados do século XIX até os anos trinta do século XX foi guiado pelos princípios do liberalismo, o qual pauta-se na proposta de um Estado Mínimo, segundo o qual a intervenção do Estado limita-se a criação

de bases legais que garantam o desenvolvimento do livre mercado. Nesta corrente de pensamento, o Estado não deve intervir na garantia dos direitos sociais, ou seja, “não deveria intervir na regulação das relações de trabalho nem deveria se preocupar com o atendimento as necessidades sociais. Mas, paradoxalmente, podia e devia agir firmemente para garantir os interesses liberais de estabelecimento do mercado livre na sociedade civil” (Behring & Boschetti, 2011, p. 61).

A mobilização e a organização da classe trabalhadora foram determinantes para a mudança do Estado liberal no fim do século XIX e início do século XX. O enfraquecimento das bases materiais e subjetivas que sustentaram os ideais liberais ao longo do século XIX, ocorreu, principalmente, como resultado do crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos e sociais importantes, como o parlamento e devido à formação de monopólios capitalistas, juntamente com o surgimento do capital financeiro (Behring & Boschetti, 2011). No que se refere a organização da classe trabalhadora, Gonçalves (2010, p. 42) discorre que

O século XIX trará as primeiras grandes crises do capitalismo e a crescente organização dos trabalhadores. Vários movimentos terão como consequência a ampliação e a afirmação dos direitos políticos e sociais [...] no bojo de uma luta que vai, inclusive, apresentar explicitamente uma alternativa ao capitalismo. São as ideias socialistas que surgem e, além de formuladas, são assumidas como bandeira dos trabalhadores organizados.

Deste modo, a luta da classe trabalhadora possibilitou a ampliação dos direitos sociais e o questionamento acerca do papel do Estado no sistema capitalista no fim do século XIX e início do século XX. Logo, “o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe

trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composições de força no âmbito do Estado” (Behring & Boschetti, 2011, p. 64).

O declínio do liberalismo propiciou o surgimento do Estado de bem-estar social (Alberto, Freire, Leite & Gouveia, 2014). O Estado de bem-estar social ou Welfare State, como ficou conhecido internacionalmente, pode ser definido como o Estado assistencial que garante um conjunto de serviços e benefícios sociais que asseguram padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a toda a população, tendo em vista certo equilíbrio social diante do modo de produção capitalista (Gomes, 2006). Logo, pode-se afirmar que o Estado de bem-estar social, segundo Gonçalves (2010, p. 46):

Caracterizou-se pela implementação de direitos sociais, a partir de fundos públicos e com garantia de acesso universal. Ou seja, o acesso a direitos universais estava garantido por fundos públicos, independentemente do mercado ou do mérito individual. A garantia estava no pressuposto da lei que reconhecia o critério das contribuições, assim como o critério das necessidades básicas (saúde, educação, habitação, etc.). Isso ocorreu em um processo de luta para o reconhecimento do trabalhador como cidadão, ainda que pobre, que contou com a colaboração da organização internacional do trabalho.

Neste cenário, observa-se que as políticas sociais se multiplicam lentamente ao longo do período depressivo, entre 1914 e 1939, acentuadas pela crise de 1929; e se generalizam após a Segunda Guerra Mundial, consolidando o dito Estado de bem-estar social, seguindo até o fim da década de 1960 com a crise de 1969 do capital financeiro, a qual resulta no enfraquecimento dos direitos sociais e na afirmação da ideologia neoliberal no cenário político e econômico dos países ocidentais (Behring & Boschetti, 2011).

O neoliberalismo, propõe a retomada dos pressupostos liberais, a preservação dos

interesses do capital, a garantia de um Estado mínimo no que tangue aos direitos sociais através da desresponsabilização do Estado pela garantia destes direitos, e um aumento da intervenção estatal no que diz respeito a promoção de condições para desenvolvimento do capital (Gonçalves, 2010).

Deste modo, observa-se que são diversos os pressupostos políticos e econômicos que perpassam a formatação das políticas sociais. Elementos estes fundamentais para compreensão e análise do papel das políticas sociais, com destaque para constituição das políticas a partir da perspectiva neoliberal, as quais se caracterizam pela fragmentação e precariedade no enfrentamento as questões sociais, objetivando a desresponsabilização do Estado no que diz respeito a garantia dos direitos sociais.

A análise aqui empreendida sobre as políticas sociais baseia-se na perspectiva crítico dialética, a qual entende as políticas sociais como “processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre o Estado e a sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo” (Behring & Boschetti, 2011, p. 36). Deste modo, as políticas sociais são compreendidas como respostas do Estado as contradições entre capital e trabalho na sociedade capitalista, decorrente das pressões das classes trabalhadoras por melhores condições de vida.

Ressalta-se que o estudo das políticas sociais na perspectiva crítico dialética deve considerar os múltiplos fatores e dimensões que perpassam as relações entre a reprodução do capital e as manifestações das políticas sociais. Acerca das dimensões históricas, econômicas e políticas, Behring & Boschetti, (2011, p. 43) apontam que

Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem. Do

ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. [...] Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam.

Assim, o estudo das políticas sociais no enfoque crítico dialético leva em conta alguns aspectos que são entendidos como fundamentais para compreensão destas políticas, bem como de seu surgimento, desenvolvimento e funções. O primeiro destes aspectos é “a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais e o terceiro é o papel das classes sociais” (Behring & Boschetti, 2011, p. 44).

No Brasil, em consonância com o cenário mundial, as expressões da questão social inicialmente foram designadas enquanto responsabilidade da caridade e filantropia. As primeiras intervenções do Estado concentram-se nas políticas para os trabalhadores, sob a dicotomização entre as questões dos trabalhadores e as questões dos pobres, sendo estas destinadas a filantropia e caridade (Yamamoto & Oliveira, 2014). A consolidação dos direitos sociais enquanto responsabilidade do Estado brasileiro concretizou-se no final do século XX, com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, conforme discorrem Alberto et al., (2014, p. 130):

Os direitos sociais materializam-se por intermédio das políticas de proteção social, que surgem como meio para responder às dificuldades individuais e como importante ferramenta de controle e manutenção das classes trabalhadoras e de expansão do

capitalismo. Surgem, também, para assegurar renda mínima e segurança às famílias nas situações de agravamento. Na Europa, essa conquista social resultou de amplo movimento dos trabalhadores e se configurou no Estado de Bem-Estar ou Welfare State, no início do século XX. Mas, no Brasil, os direitos sociais chegaram tardiamente e com outras configurações, as quais se fazem presentes na Constituição Federal de 1988.

Neste contexto, a política social compreendida como uma resposta a questão social que emerge na sociedade capitalista, transforma-se em políticas públicas, caracterizadas pela fragmentação e pelo tratamento das expressões da questão social de forma parcial e setorizada (Yamamoto & Oliveira, 2014). Tais aspectos refletem uma das fragilidades e apontam para a pouca efetividade das políticas sociais no combate às desigualdades presentes na sociedade capitalista.

Deste modo, a questão social é entendida como o conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos oriundos das contradições entre capital e trabalho no sistema de produção capitalista (Yamamoto & Oliveira, 2014).

Neste cenário, as políticas sociais fragmentadas, transformam-se em políticas públicas, entendidas como “as ações executadas pelo Estado com o intuito de atender as demandas e necessidades da sociedade” (Alberto et al., 2014, p. 129). Logo, as políticas públicas serão utilizadas pelo Estado enquanto estratégias de enfrentamento às expressões da questão social. Estratégias estas que serão configuradas no conflito entre as necessidades da população e os imperativos do capital.

Entretanto, apesar de compreender a política social como uma conquista social civilizatória fundamental para garantia dos direitos das classes trabalhadoras, estas não se constituem como a via para erradicação das desigualdades sociais que são inerentes ao

sistema de produção vigente, baseado na exploração do homem pelo trabalho e na reprodução e acumulação do capital (Behring & Boschetti, 2011).

Contudo, apesar de suas limitações, as políticas sociais, no atual cenário político e econômico vivenciado pelo país, configuram-se como o espaço social público para garantia das condições plenas de desenvolvimento dos indivíduos (Gonçalves, 2010). Deste modo, as políticas públicas, apresentam-se como ferramentas mediadoras entre o Estado e a população que objetivam a promoção do desenvolvimento dos sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Diante do exposto, a perspectiva crítica nos permite compreender como as políticas públicas têm atuado na proteção da infância e juventude no Brasil, isto é, a partir de ações pontuais e fragmentadas, que não possibilitam o pleno desenvolvimento dos sujeitos e os colocam em situação de vulnerabilidade social, a qual se expressa por meio do trabalho infantil, violência física, sexual, psicológica, prática de atos infracionais, entre outros.

CAPÍTULO III

PERCursos METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os percursos metodológicos desenvolvidos nesta dissertação. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, com delineamento descritivo, cujo objetivo é compreender o acesso às políticas públicas de garantia de direitos na trajetória de vida de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em uma cidade do estado da Paraíba.

A pesquisa qualitativa constitui-se como uma abordagem de investigação que reconhece a complexidade dos fenômenos em ciências sociais e busca captar os aspectos subjetivos da realidade social, além de possibilitar análises que são ao mesmo tempo específicas e contextualizadas (Minayo, 2014).

3.1. Lócus

A execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade é de responsabilidade dos governos estaduais. No estado da Paraíba, as instituições que executam e acompanham as medidas acima referidas estão vinculadas à Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC). Deste modo, a presente pesquisa foi realizada em uma dessas instituições públicas que executam as medidas socioeducativas de privação de liberdade vinculada a FUNDAC.

A FUNDAC foi criada na década de 1960 e pertencia ao antigo Departamento do Menor, na época encontrava-se ligada à Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais (SETRASS). Esta instituição passou por reformulações nos anos 1975, quando passou a ser chamada de Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor Alice de Almeida (FEBEMAA), regida enquanto uma Fundação de Direito Privado ainda vinculada à SETRAAS. Após o ECA, passou a ser intitulada FUNDAC, tornando-se uma Fundação de Direito Público.

3.2. Participantes

Participaram dessa pesquisa dez jovens que estavam em cumprimento de medidas socioeducativas de internação em uma cidade do estado da Paraíba. Os participantes foram selecionados a partir do critério de conveniência e acessibilidade devido às dificuldades de acesso aos locais que executam as medidas socioeducativas.

O número de participantes foi definido tendo como base o número de participantes de um projeto de intervenção que ocorreu no ano anterior à realização da pesquisa de campo, ao qual a pesquisadora fez parte como colaboradora. Inicialmente, o número estabelecido foi de quinze participantes. Entretanto, na data de acesso aos participantes, encontravam-se na instituição dez jovens que haviam participado do referido projeto de intervenção. Os demais tinham sido transferidos para outras instituições ou finalizado o tempo de cumprimento da medida socioeducativa.

O término das entrevistas foi definido partir do critério de saturação empregado para delineamentos qualitativos. O critério de saturação diz respeito ao conhecimento construído pelo pesquisador durante o processo de pesquisa de campo que o permite constatar que ele conseguiu compreender a lógica interna do grupo ou coletividade abarcado no estudo (Minayo, 2014).

3.3. Técnicas e instrumentos

Para realização da pesquisa foram utilizadas entrevistas abertas e um questionário. As entrevistas são consideradas enquanto conversas entre dois ou vários interlocutores, que apresentam uma finalidade específica. No caso dos delineamentos qualitativos, busca a construção de um agrupamento de informações sobre um determinado objeto ou fenômeno

social (Minayo, 2014).

A entrevista aberta ou em profundidade visa à compreensão da realidade social a partir de uma interação privilegiada com os sujeitos, através da qual, estes são convidados a se colocarem livremente acerca de algumas considerações realizadas pelo pesquisador. Este tipo de técnica permite a produção de um material de pesquisa vasto, denso e com um grau de profundidade bastante significativo, capaz de abarcar a complexidade dos fenômenos sociais, diferente de outras técnicas mais restritas, como o questionário fechado (Minayo, 2014).

As entrevistas foram realizadas de forma individual, tiveram a duração média de aproximadamente vinte minutos, e com alguns participantes foram realizados dois encontros. Além disso, foram acessadas as fichas de cadastro dos jovens na instituição para ter acesso às informações sociodemográficas dos mesmos.

No que se refere ao questionário, a utilização deste na pesquisa qualitativa objetiva a complementariedade das informações obtidas nas técnicas de entrevistas. Neste estudo, utilizou-se o questionário com o intuito de uniformizar a abordagem e compreensão do acesso a políticas públicas específicas, tais como, Programas de Saúde da Família (PSF), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Hospitais, Creches, Escolas, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), entre outros.

O roteiro para entrevista aberta e questionário foram elaborados tendo em vista a obtenção de informações sobre as condições socioeconômicas dos sujeitos da pesquisa e sobre o acesso as políticas públicas na trajetória de vida dos participantes. Para tanto, foram utilizadas questões norteadoras para facilitação da interação entre a pesquisadora e os participantes. As questões norteadoras basearam-se em considerações sobre o acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência social; sobre o cotidiano e rotina dos

jovens quando estes eram crianças, bem como sobre o contexto social vivenciado pelos jovens ao longo de suas trajetórias de vida.

3.4. Procedimentos de coleta dos dados

Inicialmente, foram realizados os procedimentos de explicação dos objetivos da pesquisa e solicitação para realização da mesma junto à Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice Almeida do estado da Paraíba. Após autorização das instituições responsáveis, obtidas por meio dos termos de anuência para realização da pesquisa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, conforme os preceitos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Nº. 466/2012. O presente projeto de pesquisa foi aprovado, conforme o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 51447915.9.000.5188, segundo o anexo I.

Após submissão e aprovação do comitê de ética acima referido, foi estabelecido contato com uma das instituições que executam as medidas socioeducativas de privação de liberdade para explicação dos objetivos da pesquisa. Após autorização dos responsáveis pela instituição e o estabelecimento dos acordos sobre os dias, horários e jovens que participariam da pesquisa a mesma foi iniciada.

As entrevistas abertas foram realizadas após a devida autorização dos participantes e/ou seus respectivos responsáveis legais, mediante as assinaturas dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, os quais, nos casos dos participantes desta pesquisa, foram assinados pelos representantes da instituição na qual se encontram, pois, durante o

cumprimento da medida socioeducativa estes jovens ficam sob a guarda e responsabilidade do Estado.

Ao término da realização das entrevistas abertas foram aplicados questionários com seis dos dez entrevistados. Os demais participantes não responderam ao questionário, pois foram transferidos para outras unidades que executam o cumprimento da medida socioeducativa.

Os questionários foram submetidos a análise descritiva e as entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo temática de Minayo (2014). Por fim, foram elaboradas as reflexões críticas com o devido embasamento teórico científico e posterior discussão dos resultados obtidos.

Em todo momento da pesquisa, foram respeitados e assegurados os direitos dos participantes com base nos princípios éticos e nos direitos humanos, abarcados pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Nº. 466/2012.

3.5. Procedimentos de análise dos dados

Os dados provenientes do questionário foram submetidos a uma análise descritiva e as entrevistas foram analisadas a partir da Análise de Conteúdo Temática baseada em Minayo (2014), que consiste num conjunto de técnicas de análise de dados cujo objetivo é a obtenção dos núcleos de sentido que compõem uma comunicação com o intuito de desvendar as singularidades, contradições e complexidade dos fenômenos através de procedimentos de categorização e codificação dos núcleos de sentido e unidades de registro e contexto presentes no material de análise.

Após a transcrição completa do material foi realizada a organização do material e uma leitura flutuante das entrevistas, na qual a pesquisadora buscou agrupar o material em classes temáticas, seguido da codificação em categorias a partir do critério de ausência ou presença do tema. Os temas foram definidos tanto a priori quanto a posteriori. Os temas estabelecidos a priori foram Equipamentos Educacionais, Equipamentos de Saúde, Equipamentos de Assistência Social e Presença ou Ausência de Equipamentos no Bairro/Comunidade. Os temas que emergiram a posteriori foram Experiências na Infância, Família e Envolvimento com Atos Infracionais. Em seguida foi realizada a descrição do material e a interpretação dos dados à luz do referencial teórico adotado neste estudo.

CAPÍTULO IV

RESULTADOS E DISCUSSÕES: COMPREENDENDO AS TRAJETÓRIA DE ACESSO DOS JOVENS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tendo em vista o objetivo geral deste estudo de Compreender o acesso às políticas públicas de garantia de direitos na trajetória de vida de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação em uma cidade de estado da Paraíba, e os objetivos específicos de Identificar as políticas públicas que os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas acessaram em suas vidas antes do ato infracional; Identificar a trajetória de acesso às políticas públicas dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; e Analisar o contexto social dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas antes do ato infracional, neste capítulo serão apresentadas as descrições e análises das entrevistas e questionários utilizados nesta pesquisa.

Em relação à análise de conteúdo temática, esta deu origem aos temas Experiências na Infância, Família, Envolvimento com Atos Infracionais, Equipamentos Educacionais, Equipamentos de Saúde, Equipamentos de Assistência Social e Presença ou Ausência de Equipamentos no Bairro/Comunidade, cada um com suas respectivas categorias, conforme pode-se observar na Figura 1.

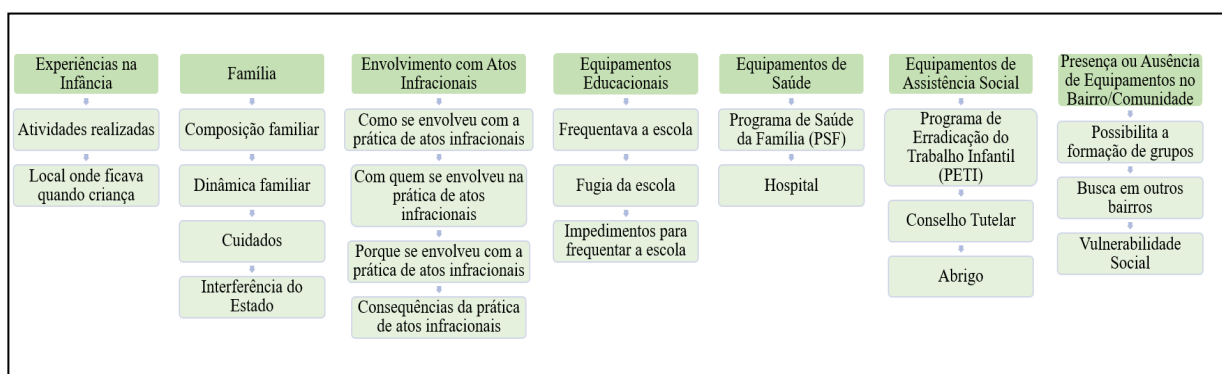


FIGURA 1

Conjunto de Temas e Categorias resultantes da Análise de Conteúdo Temática

4.1. Caracterização dos participantes

Participaram deste estudo, dez jovens que se encontravam em cumprimento de medida socioeducativa de internação, com idades entre quinze e dezessete anos. Os dados apresentados na Tabela 1 referem-se à idade, escolaridade e com quem os jovens residiam antes do cumprimento da medida socioeducativa. Estes dados foram obtidos a partir da ficha de cadastro dos jovens na instituição socioeducativa após a devida autorização para acesso da mesma por parte dos participantes e dos responsáveis pela instituição.

Tabela 1

Caracterização dos participantes

Participantes	Idade		Escolaridade		Com quem residia
	Quando entrou	Na data da coleta	Antes de entrar	Na unidade de internação	
1	15	17	3º ano	6º ano	Avó, irmã, tio e cunhada
2	16	17	4º ano	4º ano	Mãe, irmã e namorada
3	15	16	8º ano	1º ano – E.M.	Mãe
4	14	15	2º ano	6º ano	Mãe, 4 irmãos, avô materno e padrasto
5	N.C.	17	N.C.	7º ano	Avó materna
6	N.C.	17	N.C.	7º ano	Advogado, familiares destes e outro adolescente
7	16	17	1º ano do E.M.	Concluiu E.M.	Mãe, padrasto e irmão
8	16	17	6º ano	8º ano	Mãe, pai e irmão
9	15	16	6º ano	6º ano	Mãe e dois irmãos
10	15	16	N.C.	6º ano	Mãe, pai e avó

Os dados revelam que os jovens iniciaram o cumprimento da medida socioeducativa com idades entre quatorze e dezesseis anos, a maioria estava há um ano na instituição e

apresentavam na época da coleta de dados dezessete anos, próximos a completar dezoito anos. Tais dados revelam o que a literatura aponta sobre a idade em que os jovens se inserem na prática de atos infracionais, por volta dos quinze anos, período no qual os jovens estão em processo de formação de identidades e no qual lhe são impostos determinados padrões sociais, relacionados a aquisição de bens de consumo e a busca pelo prazer (Zappe & Ramos, 2010). Entretanto, como nem todos os sujeitos podem ser consumidores, uma parte dos jovens das classes populares, para se inserirem nesse rol, o fazem por meio de infrações às normas sociais e pela prática de atos infracionais (Cairus & Conceição, 2010).

A escolaridade dos jovens ao adentrarem na instituição variava entre o segundo ano do ensino fundamental e o primeiro ano do ensino médio. Na data da coleta dos dados os adolescentes estavam cursando, na referida unidade socioeducativa, entre o quarto ano do ensino fundamental e primeiro ano do ensino médio, sendo que um deles havia concluído o ensino médio. Destaca-se que cinco dos jovens progrediram de série durante o período de cumprimento da medida socioeducativa. Deste modo, percebe-se que o acesso à escola foi concretizado durante o cumprimento da medida socioeducativa, tendo em vista que esta é considerada uma obrigação (Souza & Venâncio, 2011) e uma prerrogativa do SINASE (Brasil, 2012). Entretanto, não foram obtidos, neste estudo, dados que permitissem qualificar este acesso durante o cumprimento da medida.

Tais dados revelam o que a literatura aponta acerca do perfil dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, os quais em sua maioria não apresentam o grau de escolaridade esperado para sua idade, pois estes não vivenciaram a escola como ferramenta primordial de garantia de direitos, de inserção na sociedade e na cultura, e de aquisição dos bens historicamente produzidos por estas (Jimenez & Frassetto, 2015; Marques, 2013; Souza & Venâncio, 2011; Sartório & Rosa, 2010; Junqueira & Jacoby, 2006).

No que se refere a renda familiar e a etnia dos adolescentes, não constavam espaços para registro destes dados na ficha de cadastro da instituição. No que diz respeito aos vínculos familiares, antes da internação em unidade socioeducativa, os participantes residiam em sua maioria com mãe, irmãos, pai, padrastos e avós maternos ou paternos, ressalta-se neste aspecto, a presença da mãe.

4.2. Políticas públicas acessadas pelos jovens

Em relação à identificação das políticas públicas que os jovens participantes desta pesquisa acessaram no decorrer de suas vidas antes do ato infracional, foi possível identificar que estes jovens acessaram equipamentos e serviços das políticas de educação, saúde e assistência social, tais como: PSF, Hospital, UPA, creche, escola, PETI e outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, como o Conselho Tutelar, conforme pode-se observar na Tabela 2.

Tabela 2

Políticas públicas acessadas pelos jovens antes do cumprimento da medida socioeducativa

Políticas Acessadas	Equipamentos/Serviços/Órgãos Acessados			
Educação	Creche	Escola	Mais Educação	Segundo Tempo
Saúde	PSF		Hospital	UPA
Assistência Social	PETI	CRAS	Conselho Tutelar	Abrigo

No que diz respeito aos equipamentos e serviços da política de educação, os dados do questionário permitiram identificar que os participantes desta pesquisa antes do cumprimento da medida socioeducativa acessaram a creche, o programa Mais Educação e o programa Segundo Tempo, conforme pode-se observar na Tabela 3. Observou-se que três dos participantes acessaram a creche e três dos jovens participaram do programa Mais Educação, com idades entre sete e onze anos, permanecendo no programa por um período de um a dois anos. No que se refere ao programa Segundo Tempo, três dos entrevistados acessaram este, com idades entre seis e onze anos, tendo participado do mesmo entre um e dois anos.

Tabela 3
Política de educação

Acesso a Política de Educação	Equipamentos/Serviços		
	Creche	Mais Educação	Segundo Tempo
Sim	3	3	3
Não	3	3	3
Total	6	6	6

Os programas Mais Educação e Segundo Tempo são equipamentos que oferecem as crianças e jovens atividades complementares, no contra turno escolar, como reforço, informática, oficinas de música e percussão, e atividades esportivas, como judô, futebol, vôlei, entre outras.

No que se refere aos equipamentos e serviços da política de saúde, os dados do questionário relevaram que os jovens já foram atendidos em hospitais, UPAs e PSFs. Entre estes, cinco foram atendidos em Programas de Saúde da Família e quatro em Unidades de Pronto Atendimento e em hospitais, conforme pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4
Política de saúde

Acesso a Política de Saúde	Equipamentos/Serviços		
	Posto de Saúde (PSF)	Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	Hospital
Sim	5	4	4
Não	1	2	2
Total	6	6	6

O PSF é um serviço da rede de atenção básica em saúde que deve prestar suporte as famílias do território no qual está inserido e se constitui como importante ferramenta de prevenção e promoção à saúde, considerado a porta de entrada para o acesso aos serviços no SUS. Destaca-se que um dos jovens não acessou este serviço, o que se configura como uma violação ao seu direito à saúde.

No que concerne aos serviços e equipamentos da política de assistência social, os participantes foram perguntados sobre a participação no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em cursos ou oficinas nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência da Cidadania. Constatou-se, de acordo com a Tabela 5, que três jovens participaram do PETI e um dos entrevistados participou de atividades no CRAS. Nenhum dos sujeitos da pesquisa participou de atividades no Centro de Referência da Cidadania.

Tabela 5
Políticas de assistência social

Acesso a Política de Assistência Social	Equipamentos/Serviços		
	PETI	CRAS	Centro de Cidadania
Sim	3	1	0
Não	3	5	6
Total	6	6	6

Os CRAS e Centros de Referência de Cidadania são equipamentos da política de assistência social, que atuam na Proteção básica, tendo em vista a promoção da cidadania e prevenção de violações de direitos junto a famílias em situação de vulnerabilidade social. Estes espaços podem promover ações educativas, cursos profissionalizantes e oficinas ocupacionais para crianças, jovens e suas respectivas famílias — sendo estes considerados em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, ao serem perguntados sobre a inserção em outras atividades, em espaços como organizações não governamentais (ONGs), igrejas ou projetos comunitários e/ou religiosos. Verificou-se que nenhum dos jovens participou de atividades em ONGs e projetos comunitários. No entanto, um dos participantes afirmou ter participado de um projeto esportivo em uma igreja, conforme pode-se observar na Tabela 6.

Tabela 6
Demais atividades ou projetos não governamentais

Participação em outras atividades	Equipamentos/Serviços		
	ONGs	Projetos	Igrejas
Sim	0	0	1
Não	6	6	5
Total	6	6	6

Deste modo, pode-se observar que os jovens participantes desta pesquisa acessaram equipamentos e serviços das políticas públicas de saúde, educação e assistência social. Entretanto, não em sua completude, tendo em vista que nem todos os jovens acessaram todos os equipamentos e serviços acima referidos, de acordo com os eixos de promoção, proteção e defesa do Sistema de Garantia de Direitos (Bauer et al., 2015; Perez & Passone, 2010) e conforme preconizado pelo ECA (Brasil, 1990a).

Percebe-se que apesar de uma parte dos jovens terem passado por uma série de serviços e órgãos destas políticas, tais como, a escola, PSF, PETI, Conselho Tutelar, estas políticas não foram suficientes para cessar a situação de vulnerabilidade dos sujeitos, de tal modo que mesmo tendo passado por algumas destas políticas, os jovens chegam ao cumprimento de medidas socioeducativas. Para Siqueira & Tavares (2013) isto se dá, pois muitas vezes as práticas estabelecidas nesses serviços são pautadas no controle, punição e culpabilização dos jovens das classes populares por sua situação de vulnerabilidade social, legitimando nestes o lugar de exclusão social (Lazzarotto, 2014; Cairus & Conceição, 2010; Arantes, 2004).

Além disso, Cruz et al. (2005) apontam que parte dos atendimentos destinados à população no contexto das políticas públicas deslocam as questões sociais para aspectos individuais, abordando as expressões das questões sociais de forma descontextualizada, enxergando os sujeitos dissociados de seus contextos sociais, fortalecendo a concepção de naturalização das condições de pobreza. Macedo et al. (2015) corroboram este aspecto, destacando que a atuação dos profissionais da Psicologia no âmbito da Política de Assistência Social voltada à infância e juventude têm se caracterizado por uma perspectiva de desenvolvimento descontextualizada das condições de vida dos sujeitos, resultando em práticas elitistas que se contrapõem as necessidades da população atendida.

Observa-se que as políticas públicas enquanto respostas às expressões da questão social — desemprego, violência, falta de moradia, alimentação, lazer, educação, saúde — se apresentaram de forma fragmentada, dividida em vários programas e serviços, cuja atuação se dá de forma setORIZADA, de acordo com demandas específicas da população (Alberto et al., 2014; Yamamoto & Oliveira, 2014) conforme pode-se observar com os programas Mais Educação, Segundo Tempo e o PETI.

Contudo, a forma como estas políticas se apresentam reflete o tipo de resposta do Estado diante do sistema de produção capitalista, pautado na lógica neoliberal, o qual não está interessado na erradicação das questões sociais, pois estas são inerentes e necessárias à reprodução social do sistema capitalista (Behring & Boschetti, 2011).

Entretanto, estas políticas, apesar de suas dificuldades em promover a proteção e garantia dos direitos das crianças e jovens brasileiros, ainda são entendidas como ferramentas importantes para o desenvolvimento destes sujeitos, pois promovem, minimamente, a inserção destes em ações socioeducativas, que visam a promoção da cidadania e a proteção social diante das violações de direito (Gonçalves, 2010). Sendo assim compreendidas como essenciais para os sujeitos das classes populares diante do sistema de produção capitalista

4.3. Trajetórias de acesso às políticas públicas

No que diz respeito às trajetórias de acesso dos jovens às políticas públicas anteriores ao cumprimento da medida socioeducativa, a partir da análise temática das entrevistas, foi possível identificar a trajetória dos participantes pelas políticas a partir dos seguintes temas: Equipamentos Educacionais, Equipamentos de Saúde, Equipamentos de Assistência Social e Presença ou Ausência de Equipamentos no Bairro/Comunidade, com suas respectivas

categorias, conforme pode-se observar na figura 2.

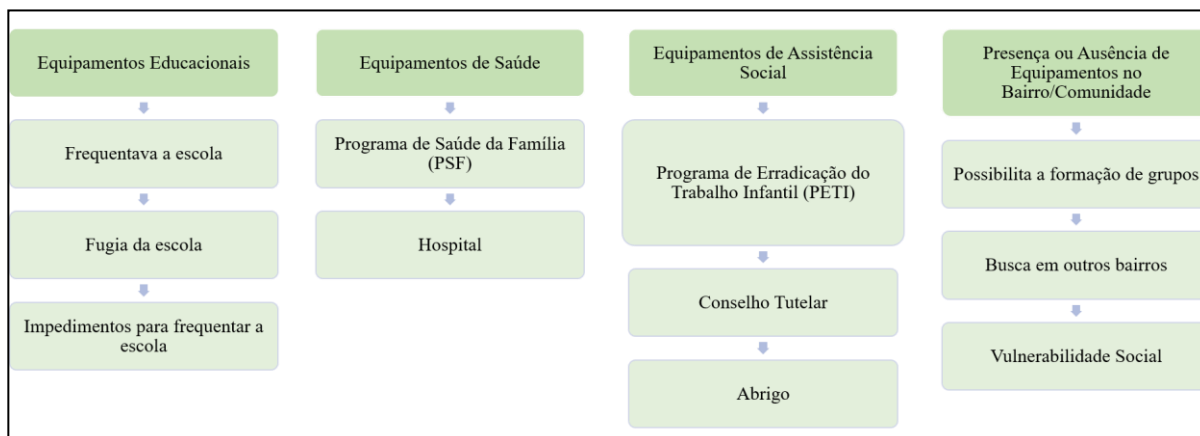


FIGURA 2

Conjunto de Temas e Categorias resultantes da Análise de Conteúdo Temática sobre as Trajetórias de Acesso às Políticas Públicas

O tema Equipamentos Educacionais, contemplou os aspectos relacionados ao acesso à escola e originou três categorias: Frequentava a escola, Fugia da escola e Impedimentos para frequentar a escola. A primeira categoria Frequentava a escola aponta que a maioria dos entrevistados frequentou a escola ao longo de sua infância, abarcando avaliações positivas e negativas sobre a escola, entre elas, não gostava de estudar, se interessava pelas aulas, pelos estudos e bagunçava nas aulas, conforme pode-se observar nas falas a seguir:

Eu ia, se interessava pelos estudos fazia tudo certo lá eu se interessava pelo, as aulas que os professores dava assim, aula de professor de geografia, de física, o que eu mais gostava era de física [Educação física] que jogava bola e de vez em quando ele passava umas tarefa, mas eu gostava mais de jogar bola (Participante 3).

Aí aquela coisa dentro da escola, começamos a bagunçar, fazendo o que queria, e num tinha nada, assim pra dar uma lição assim pra gente escutar. Um dia pra falar com a gente assim pra gente escutar, num tinha. Fazia o que queria, era o mesmo que tivesse

sozinho assim na vida A gente num assistia aula não. Ficava bagunçando. O professor dando aula e a gente fazendo brincadeira dentro da sala. Correndo dentro da sala (Participante 5).

Eu me lembro só que ia pra escola. Era normal mesmo, escola de pirralho. Ficava bagunçando lá na escola, somente isso na hora do recreio assim, como falava nas antigas, na hora do recreio, começava a bagunçar, jogava os negócios nos outros, negócio de traquino mesmo. Eu achava bom, distraia a mente (Participante 7).

Era tranquilo, passava o dia todinho as vezes, que era tempo integral, passava o dia todinho as vezes na escola Educação física, aí passava o dia todinho lá e fazia educação física e judô, esses negócios, tinha esportes lá, no Mais Educação (Participante 8).

Observa-se que a escola se apresentou para os jovens entrevistados como um espaço contraditório, de interesse e recusa. O interesse pela escola relaciona-se com o reconhecimento de que os estudos são importantes para o crescimento futuro. E a recusa relaciona-se com a dificuldade da escola de promover uma educação que se aproxime da realidade dos jovens, que possa despertar as potencialidades destes, e que eles possam se sentir acolhidos neste espaço.

Leite et al. (2016), apontam que para os jovens que residem em contextos sociais vulneráveis, a escola se torna um espaço para além do ensino, se constituindo em espaço de encontro, de formação de laços e afetos que muitas vezes lhes são negados nos territórios que residem, devido à escassez de equipamentos e serviços de lazer, saúde, cultura, esportes, entre outros.

No que se refere às dificuldades dos jovens em permanecerem frequentando a escola, Sartório & Rosa (2010), discorrem que a educação formal muitas vezes é vista pelos jovens

das classes populares sob seus aspectos negativos — decorrentes da falta de investimentos públicos — que tornam a escola um espaço não atraente para permanência dos jovens, ocasionando no afastamento destes da instituição escolar.

Isto é, devido à ausência de equipamentos e serviços que promovam condições para o exercício da cidadania e o fortalecimento dos vínculos comunitários, a escola pode se tornar um espaço para o encontro, construção de grupos e formação de identidades, e ao mesmo tempo não conseguir despertar o interesse dos jovens para o ensino pois não consegue ofertar uma educação de qualidade.

Entretanto, a categoria Fugia da escola demonstra que apesar de frequentaram a escola, uma parte dos entrevistados fugia da mesma, pois a passagem por este espaço não despertou o interesse nos jovens, conforme o relato a seguir: “Eu ia pro colégio, mas vez em quando eu saia Eu não gostava de estudar muito não. Não gostava não” (Participante 1). Ou representou para um deles a possibilidade de se libertar da tutela do Estado, de acordo com o trecho a seguir:

Com meus onze anos já gaseava aula, já pra tá assim nas esquinas por aí se envolvendo com os outros meninos, é do meu tamanho Lá na escola, a gente também fugia da escola, fugia da escola pra não voltar pro orfanato (Participante 5).

Destaca-se nesta categoria também, o fato de um dos entrevistados ter afirmado que nunca frequentou a escola ao longo de sua infância, apesar de ter sido matriculado pela família.

É chato estudar homi, nunca gostei não Nunca fui pro colégio não, nunca gostei não. Minha mãe matriculava eu, mas eu não ia pro colégio não, eu ia tapiava e voltava pra casa. Toda vez homi, eu nunca gostei não (Participante 10).

Esta categoria revela que uma parte dos jovens não considerou a escola como um espaço de pertencimento, sobressaindo o aspecto negativo de fugir da escola, motivado pela falta de interesse pelo que era ofertado nesta, ou por outras questões, como a possibilidade de não voltar para a instituição de acolhimento.

A categoria Impedimentos para frequentar a escola compreendeu o principal aspecto considerado pelos jovens como impeditivo ao acesso à escola, que foi o risco de morte.

Teve uns tempo que eu não pude ficar indo muito pra escola não, eu ia só de vez em quando assim, por que eu tinha muitos inimigo, aí eu ia um dia sim, um dia não. Tinha vez que eu passei um mês sem ir pra escola. Por causa que já foram tentar matar eu lá dentro da escola (Participante 3).

Estudava num colégio, depois de uma temporada já fumando maconha, foram atrás de mim no colégio, deixei de estudar Era bom né, ia para lá estudar, quando foi depois, os caras foram lá tentar tirar minha vida lá, eu parei de ir pro colégio (Participante 4).

Nesta categoria, o risco de morte se apresenta como um fator impeditivo ao acesso à escola, e representa mais um dos desdobramentos da vulnerabilidade social presente no contexto dos jovens das classes populares e dos bairros periféricos.

Diante do exposto, nota-se que os aspectos demonstrados no Tema Equipamentos Educacionais revelam a dificuldade da escola em lidar com os aspectos contextuais e sociais nos quais as crianças em situação de vulnerabilidade estão inseridas. Com isso, muitas vezes, a escola não consegue ser um espaço atraente para a permanência dos sujeitos, o que ocasiona no afastamento destes da escola.

Entretanto, a escola é entendida como um espaço essencial para o desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos e o afastamento das crianças e jovens da escola, e a

dificuldade desta em conduzir o processo educacional de forma atrativa para estes sujeitos caracteriza-se como grave violação dos direitos fundamentais destas crianças e jovens (Siqueira & Tavares, 2013; Sartório & Rosa, 2010).

Deste modo, conforme aponta a literatura, os jovens que cumprem medidas socioeducativas, antes do ato infracional vivenciaram várias situações de violação de direitos, desfavoráveis ao seu desenvolvimento (Siqueira & Tavares, 2013; Sartório & Rosa, 2010; Zappe & Ramos, 2010) e entre elas encontra-se a não efetivação da escola enquanto espaço efetivamente garantidor de condições plenas para o desenvolvimento destes sujeitos.

Souza & Venâncio (2011), apontam que a escola é a instituição social e oficialmente responsável pela inserção das crianças e jovens na sociedade e na cultura, e através desta, os jovens são colocados a fazerem suas próprias escolhas, a se posicionarem socialmente, a construírem caminhos e seus respectivos projetos de vida. Entretanto, não tem sido estes elementos que a escola tem apresentado para os jovens dos bairros periféricos, tão pouco para aqueles que se encontram cumprindo medida socioeducativa.

Portanto, observa-se que para os jovens das classes populares e dos bairros periféricos, a escola não tem se efetivado enquanto ferramenta primordial para seu desenvolvimento conforme preconizado pela literatura (Jimenez & Frassetto, 2015; Marques, 2013; Siqueira & Tavares, 2013; Souza & Venâncio, 2011; Sartório & Rosa, 2010) e pelos ordenamentos jurídicos brasileiros (Brasil, 1990a; Brasil, 1996).

No que se refere ao Tema Equipamentos de saúde, as falas dos entrevistados revelam que os mesmos tiveram acesso aos serviços do Programa de Saúde da Família (PSF) — sendo identificado por eles como posto de saúde — e ao Hospital. Sendo possível uma avaliação destes serviços, como demora em ser atendido, falta de atendimentos e medicação, conforme pode-se observar nos relatos abaixo.

Ficava doente, minha vó levava no posto que tinha lá na frente, era bem pertinho de lá mas era difícil ter remédio, aí tinha que comprar eu só fui pra o hospital quando quebrei o braço mesmo, de bicicleta (Participante 1).

As vez eu ia pro posto, as vez minha mãe comprava um remédio pra eu Demorava que só, mais tinha vez que chamava, mais tinha vez que não tinha nem médico, nem nada. A gente ia pra casa mesmo assim. Esperar melhorar pra.. quando tinha dinheiro comprava um remédio (Participante 3).

Minha mãe cuidava d'eu, minha mãe e minha vó, levava pro hospital quando precisava, mas nunca cheguei a ficar internado não, só doença besteira, ficar gripado, com febre, somente isso. Só chegar lá, passava o remédio e era só isso que tinha mesmo, só pra andar, bem dizer. Não precisava nem ir home, só perguntar se era sério, o médico dizia que não era (Participante 7).

.... tem um posto lá, numa rua por trás de casa tem um posto, aí eu ia pro posto. Nós tinha que esperar a fila né, aí nós pegava a ficha e falava com o médico, aí ele encaminhava nós pra outro médico quando não tinha como fazer lá ia pra outro médico. Encaminhava pra outro Eu achava ruim né, por que tem que enfrentar a fila, tem vez que, tem gente que gosta de fazer confusão por causa de nada. Aí eu num gostava de fica lá não por que uma pessoa estressada com outra pessoa estressada não dá certo. Aí a mulher começa, as mulher ficava brigando lá no posto, aí eu num gostava não. Não gostava de ficar esperando não (Participante 8).

Os dados revelam que apesar dos jovens terem acessado serviços de saúde, como PSF e hospital, o atendimento destinado a eles foi marcado por filas de espera, falta de atendimento médico, ausência de profissionais e medicações. Destaca-se neste tema a carência de serviços de saúde específicos para esta parcela da população. Além da não oferta

por parte do Estado de capacitações aos profissionais para atenderem às demandas do público infante-juvenil, (Raposos, 2009).

Além disso, destaca-se que o acesso ao Programa de Saúde da Família deveria se dar através de acompanhamento continuado por parte deste serviço. Entretanto, nota-se que o atendimento neste espaço se deu a partir de necessidades emergenciais. Fonseca et al. (2013) destacam a importância de ações intersetoriais na atenção à saúde que possam articular os serviços de atenção básica com outras políticas públicas como a educação, para que sejam ofertadas ações preventivas em saúde que abarquem a população infante-juvenil.

Deste modo, percebe-se que os jovens participantes desta pesquisa não foram tratados com prioridade em seu acesso à política de saúde, conforme preconizado pelo ECA, tendo seu direito à saúde violado (Brasil, 1990a; Brasil, 1990b).

O tema Equipamentos de Assistência Social refere-se aos serviços e equipamentos acessados pelos jovens participantes desta pesquisa no âmbito da política de assistência social. Este tema contemplou as seguintes categorias: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Conselho Tutelar e Abrigo.

Na categoria PETI foram relatadas as atividades oferecidas por este serviço aos jovens, como percussão e informática.

Fazia PETI, Programa do Trabalho Infantil lá no PETI, é o Programa do Trabalho Infantil, pros adolescentes não tá na rua, aí eu fazia lá no PETI, fazia percussão, informática... fazia isso O PETI, era negócio de percussão, informática lá era pra aprender como se mexia no computador, e percussão é aquele negócio que o cara batia no pau e pá e flauta que diga, também tinha flauta, aula de flauta Eu achava legal e ao mesmo tempo não achava. Tinha dia que eu não queria participar e eu ficava lá só parado. Dava hora de jogar bola e pronto, e duas horas, quando dava duas

horas ia pra casa, minha mãe ia me buscar, e o cara podia só sair quando a mãe do cara fosse buscar o cara, sozinho o cara não podia sair não (Participante 2).

O PETI é considerado uma importante ferramenta de enfrentamento ao trabalho infantil, problemática que perpassa o cotidiano de muitas crianças e jovens das classes populares no Brasil. Destaca-se nos relatos dos jovens que este foi um dos espaços utilizados para que eles não ficassem na rua, o que representa uma forma de proteção à vulnerabilidade na qual estes jovens estão inseridos.

Entretanto, ao mesmo tempo revela a ausência de outros espaços que ofertassem atividades educativas, de lazer e recreativas, tendo em vista que o objetivo principal do PETI é a erradicação do trabalho infantil e não à proteção a situações de vulnerabilidades diversas. Em relação a isto, Alberto et al. (2016), discorrem que nos últimos anos o PETI tem perdido seu caráter principal de erradicar o trabalho infantil e tem se caracterizado como uma política auxiliar para proteção de crianças das classes populares que se encontram em situações de risco.

A categoria Conselho Tutelar revelou a abordagem e o atendimento por parte dos profissionais deste órgão em relação à um dos jovens entrevistados.

Tinha gente que tinha pena assim e chamava o conselho tutelar, já fui pro conselho tutelar já. Foi bom lá né. Só é ruim por que a gente não tava com a família, ficava com aquela preocupação na mãe da gente Aí uma vez também eu tava sozinho dessa vez, eu tava soltando pipa no meio da rua e a mesma Kombi que foi buscar a gente, passou e viu eu lá sozinho, aí foi e levou de novo (Participante 5).

Apesar da referência a este órgão ter aparecido na fala de um dos entrevistados, os dados do questionário revelam que entre os dez participantes desta pesquisa, seis deles foram atendidos por este órgão. Os procedimentos realizados pelo Conselho Tutelar foram escuta e

orientação aos adolescentes e seus familiares, em geral, suas mães, sobre a situação de vulnerabilidade que estes se encontravam. Conforme descrito pelos adolescentes: “Conversaram, perguntaram se estava bem e se corria risco de morte” (Participante 3); “O carro do conselho passava na rua e levava gente, depois chamava a mãe para reclamar com ela” (Participante 5); “Reclamavam e diziam para não fazer coisa errada, como roubar” (Participante 10).

Nota-se que os procedimentos acima citados demonstram a ênfase na dimensão punitiva do Estado em relação aos jovens entrevistados, que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. A literatura aponta que em muitos casos, os jovens das classes populares que se encontram em situação de vulnerabilidade social, só acessam à serviços públicos a partir de ações punitivas, conforme foi possível observar no relato dos jovens (Lazarotto, 2014; Sartório & Rosa, 2010).

Cruz et al. (2005), também discorrem que apesar da finalidade protetiva das leis para infância e juventude, estas vêm se apresentando como uma ferramenta de controle social destinadas as crianças pobres, pois apesar das leis serem dirigidas a infância como todo, apenas as crianças das classes populares chegam aos Conselhos Tutelares enquanto vítimas de violações de direitos no âmbito intrapessoal, não sendo visibilizadas as questões estruturais, destacando ainda que a retirada das crianças de suas famílias ainda têm apresentado como requisito a condição de pobreza.

A categoria Abrigo compreende as vivências de um dos entrevistados neste equipamento.

Foi, na [Instituição de acolhimento] Foi, eu e meu irmão, ele tá lá de novo. Ele tá lá e eu tô aqui. Quando a gente chegou lá eles começaram a explicar, "olhe aqui a gente somos como a sua família, se precisar de qualquer coisa pode chamar eu". A gente

estudava lá também eles começaram a ensinar a gente como era que fazia as coisas, é forrar a nossa própria cama, fazer uma faxina lá, pra nós começar a desenhar, fazer lição de casa, esses negócio lá. No final de semana ia pra praia, nós ia pra praia com elas. Nós ia estudar. Eu fui com mais ou menos nove anos, fui com nove anos, aí passei seis mês da primeira vez, aí peguei e voltei de novo e sai com onze anos Eu sai assim, só pensando no crime, só pensando no crime, em querer ajudar a minha vó. Só que não tinha condição, eu pequeno ainda, aí eu tentei arrumar um jeito, ficava lá mais os menino, foi sair, saindo e pensando no negócio do crime, mas minha vó sempre me deu conselho. Minha vó sempre me deu conselho (Participante 5).

Observa-se nesta categoria que um dos jovens acessou os serviços de acolhimento institucional, destinado a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade familiar, quando estas, de acordo com o Estado, são inadequadas ou negligentes para as crianças e jovens (Brasil, 1990a). Nota-se no relato, que a passagem pelo acolhimento faz referência a realização de atividades pertinentes ao desenvolvimento das crianças como estudar, brincar, desenhar, participar de atividades de lazer, como ir à praia, entre outros.

Ayres et al. (2009), destacam que o acolhimento institucional constitui um dos serviços da rede de proteção às crianças e jovens, caracterizado pela complexidade no atendimento, tendo em vista que lidam diretamente com o rompimento dos vínculos familiares e com situações diversas de vulnerabilidade, destacando a necessidade do funcionamento eficaz da rede de proteção na garantia dos direitos desta parcela da população.

Percebe-se neste tema que os jovens participantes desta pesquisa acessaram equipamentos e serviços de proteção social, como forma de prevenção e enfrentamento à situação de vulnerabilidade social, seja pela inserção no PETI, pela inclusão em instituição de acolhimento (abrigo) ou pelo atendimento no Conselho Tutelar. Zaniani & Boarini (2011),

destacam que a atuação da política de assistência social, via proteção social tem se voltado, principalmente, ao atendimento destinado à infância e juventude pobre, como forma de enfrentamento as expressões das questões sociais, que expõem esta população a situações de vulnerabilidades diversas, como o trabalho infantil, situação de rua e violência doméstica.

O tema Presença ou Ausência de Equipamentos no Bairro/Comunidade revela que os participantes desta pesquisa não identificaram a existência de equipamentos públicos que ofertassem atividades lúdicas, esportivas ou de lazer no cotidiano destes jovens nos respectivos bairros e comunidades nos quais estes estavam inseridos. Este tema contemplou três categorias: Possibilita a formação de grupos, Busca em outros bairros e Vulnerabilidade social.

A categoria Possibilita a formação de grupos, revela que apesar da ausência de equipamentos nos bairros/comunidades, o território onde estes jovens residiam possibilitou a constituição de grupos de pertencimento, e em conjunto com este grupo, os jovens circulavam pela cidade, conforme pode ser observado nos relatos a seguir: “Andava mais uns amigo Por todo canto. Pra praia, por todo canto. De bicicleta, de ônibus. Pegava um ônibus pra ficar arrodando, num tem a cidade” (Participante 6); “... tinha um moi de canto lá que eu ia. Todo canto ali em G. Ia eu e meus amigo, amigo não, colega né” (Participante 10).

Entretanto, apesar da ausência de equipamentos, os jovens citaram lugares que costumavam ir, tais como campo de futebol, pedreira e rio. Conforme revelam os trechos abaixo: “... um campo de futebol perto da minha casa, só que eu morava mais pra cima e os boy embaixo, aí eu chamava os boy” (Participante 2); “Tinha, campo, que era por trás da escola, ficava com a bola só por ali” (Participante 7); “Tinha um negócio lá que nos ia, era uma pedreira num tem, aí é tipo um rio, aí nos ia tomar banho, ia mais pra lá” (Participante

8).

Observa-se que apesar da inexistência de espaços públicos que ofertassem atividades recreativas, esportivas e lúdicas, os jovens utilizaram outros espaços do território em que residiam como forma de lazer e entretenimento. O que revela o interesse e necessidade dos jovens em participar de atividades recreativas que promovam o encontro destes com outros jovens, de forma segura e prazerosa.

A categoria Busca em outros bairros, diz respeito à participação dos jovens em atividades esportivas e cursos ocupacionais em diferentes serviços, públicos, não governamentais ou privados em outros bairros além do espaço comunitário que residem, conforme o relato a seguir:

Eu ia fazer esporte lá na Gama, no Padre Zé, eu ia pra lá Eu ia pra lá, já joguei bola lá no DED também sempre minha mãe botava em negócio pra ocupar a mente, uns cursos as vezes, nesses negócios, só pra ocupar a mente. Quando eu estudava de manhã, de tarde eu ia pra alguma coisa assim pra ocupar a mente (Participante 8).

Observa-se nesta categoria o empenho familiar em prover o acesso a serviços que ofertem atividades educativas, ocupacionais e lúdicas para os jovens, em diferentes espaços, públicos, privados e não governamentais, quando não ofertados pelo primeiro.

A oferta de tais atividades configura-se como aspecto essencial para garantia do pleno desenvolvimento dos sujeitos, pois é a partir das condições sociais e materiais, que os indivíduos se relacionam com o contexto sócio cultural e são constituídos por este (Souza & Andrada, 2013). Logo, se a oferta de condições materiais e sociais do contexto for precária, esses sujeitos serão prejudicados na apropriação cultural dos bens socialmente produzidos pela humanidade.

A categoria Vulnerabilidade social apresenta os aspectos presentes nos bairros/comunidades que se constituíram como fatores de risco para os jovens. Neste sentido, destaca-se o relato a seguir.

Deixei de morar na minha casa, que eu não podia ir mais pra aquele canto, se fosse os cara chegava pra matar, tive que morar em outro canto, no meio de um bocado de bicho assim que era mais, mais violento assim do que eu né, que não tinha medo, pá, chegava lá e fazia mesmo (Participante 4).

Esta categoria revela que o bairro onde os jovens estão inseridos pode ser considerado um espaço de risco para estes, devido à falta de infraestrutura e presença intensa do tráfico de drogas, elementos que podem resultar no afastamento dos jovens da família, inserindo-os em outros contextos, ainda mais violentos.

Observa-se que a ausência de equipamentos nos bairros possibilitou a formação de grupos, a busca por espaços em outros bairros e favoreceu a vulnerabilidade social. Esta pode ser representada pela falta de espaços, instituições e serviços que promovam o lazer e o fortalecimento das relações comunitárias, e a proximidade com lugares controlados pelo tráfico de drogas (Fonseca et al., 2013).

Tais dados encontram-se em consonância com o que Fávero et al. (2014), afirmaram sobre a ausência de equipamentos nos territórios e o agravamento das situações de vulnerabilidade social, que segundo estes autores, quanto mais escassos os serviços e equipamentos oferecidos nos territórios, maior a vulnerabilidade social da comunidade. Isto é, quanto menor o número de instituições, serviços e espaços que promovam condições para o exercício da cidadania, maior será o risco e a vulnerabilidade do território.

Além disso, esta categoria demonstra as três dimensões da vulnerabilidade social apontado por Ayres et al. (2003), que se referem aos componentes individuais, sociais e

programáticos que expõem os indivíduos a situações de risco. Ressalta-se no caso dos jovens participantes desta pesquisa, a ineficiência do componente programático que diz respeito as responsabilidades do Estado em promover a garantia dos direitos da população, através da criação, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas eficazes.

Deste modo, nota-se que o tema Presença ou Ausência de Equipamentos no Bairro/Comunidade revelou que no contexto comunitário dos jovens prevaleceu a ausência de equipamentos públicos que ofertassem condições favoráveis ao desenvolvimento destes, caracterizando a presença da vulnerabilidade social no espaço comunitário.

Diante do exposto, a partir das trajetórias de acesso as políticas públicas, observa-se que apesar dos jovens participantes desta pesquisa terem passado por algumas políticas públicas de garantia de direito, das áreas de educação, saúde e assistência social, estas políticas não tem se apresentado como ferramentas efetivas para proteção e garantia de direitos das crianças e jovens das classes populares, assinalando, o que a literatura aponta sobre as práticas no âmbito destas políticas, práticas estas caracterizadas pela punição, controle e criminalização da juventude pobre brasileira (Siqueira & Tavares, 2013).

No que diz respeito a ineficiência do sistema de garantia de direitos em promover a proteção à infância e juventude, a literatura aponta que esta relaciona-se com o déficit dos atendimentos ofertados em relação as desigualdades sociais e econômicas presentes na sociedade brasileira, além das dificuldades no reconhecimento dos direitos sociais e da inconstância do Estado democrático (Perez & Passone, 2010)

Esta ineficiência das políticas públicas em proteger e garantir os direitos da infância e juventude pobre, também se apresenta como reflexo da própria constituição das políticas públicas na sociedade capitalista, e principalmente, na perspectiva neoliberal, na qual, prioriza-se a fragmentação, precariedade e desresponsabilização do Estado nas ações de

enfretamento às expressões das questões sociais (Behring & Boschetti, 2011; Gonçalves, 2010). Observa-se então que a tentativa de implantação de um Estado de bem-estar social, através da garantia de direitos como saúde, educação, moradia, renda e seguridade social, como tentativa de equilíbrio diante do sistema de produção capitalista não tem se efetivado na sociedade brasileira (Gomes, 2006).

No contexto capitalista, as políticas públicas são criadas como forma paliativa e não visam a erradicação concreta das expressões da questão social. Aspecto que reverbera no atendimento destinado à população infanto-juvenil das classes populares, caracterizado, pela fragmentação, insuficiência de espaços e serviços, além da precarização destes e das condições de trabalho dos profissionais inseridos nestas políticas.

Diante do exposto, observa-se que a não efetivação das políticas públicas protetivas para infância e juventude pobre, como a não oferta de serviços e equipamentos recreativos e educativos, apresentam consequências para o desenvolvimento destas, como o término precoce da infância, ou a não experimentação de atividades pertinentes a esta etapa, pois não são oferecidas as condições sociais que possibilitam à estas crianças vivenciarem a experiência da infância com dignidade (Gurski, 2012).

Portanto, os achados da pesquisa apontam para uma ineficiência das políticas públicas na proteção e garantia de direitos de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, de tal modo que estes jovens são marcados por vivências de negação de direitos e ausência de condições favoráveis ao seu desenvolvimento, impedindo que estes se enxerguem enquanto sujeito de direitos, resultando em processos de exclusão (Alberto, 2012; Souza & Venâncio, 2011) e criminalização da juventude pobre (Siqueira & Tavares, 2013).

Além dos aspectos mencionados, ressalta-se que a ineficiência destas políticas em proteger a população infanto-juvenil tem como resultados a não oferta de condições plenas

para o desenvolvimento saudável destas crianças e jovens, que apesar de consideradas pelas legislações enquanto sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento, não tem sido tratada como tal, contradizendo os pressupostos dos ordenamentos jurídicos voltados à garantia de direitos desta parcela da população (Brasil 1990a; Brasil, 1993; Brasil, 1996; Brasil, 2012).

Deste modo, constata-se que as políticas públicas, entendidas neste estudo como ferramentas mediadoras do desenvolvimento dos sujeitos, não estão conseguindo ofertar as condições para apropriação dos bens sociais e culturais produzidos historicamente pelos homens, negando a estes o desenvolvimento de suas potencialidades (Gonçalves, 2010; Mascagna, 2009).

4.4. Contexto social dos jovens

No que diz respeito à compreensão acerca do contexto social dos jovens participantes desta pesquisa, a análise temática das entrevistas evidenciou os seguintes temas: Experiências na Infância, Família e Envolvimento com atos infracionais, com suas respectivas categorias, e acordo com a Figura 3.



FIGURA 3

Conjunto de Temas e Categorias resultantes da Análise de Conteúdo Temática sobre o Contexto Social dos Jovens

O tema Experiências na Infância refere-se as experiências que os entrevistados vivenciaram em suas infâncias. Este tema contemplou as categorias Atividades realizadas e Local onde ficava quando criança.

A categoria Atividades realizadas contemplou as atividades que os entrevistados desempenharam quando criança, como brincar, estudar, trabalhar e ir à igreja. Conforme pode-se observar nas falas a seguir: “Brincava com os vizinhos, brincava de bola, os negócios lá, de esconde-esconde, de toca, esses negócios” (Participante 1); “Trabalhava quando era mais pequeno, trabalhava numa carroça, levando ração pra porco” (Participante 4).

Quando eu era criança... tá foi mais ou menos Só ia estudar, trabalhava com meu pai quando eu tinha uns dez anos de idade Eu trabalhava as vezes com ele ajudando ele [pai] a fazer pastel num tem. E pizza e de vez em quando era serviço de pedreiro, num tem. Pra fazer massa e levar tijolo, carregar tijolo ... Eu tinha uns dez anos pra onze anos (Participante 6).

Só ia pra Igreja com minha mãe, só isso. Vivia uma vida normal né com minha família. ficar sem tá fazendo coisa ilícita, sem tá com negócio de droga, num usar mais droga, só ia pra igreja mesmo e estudar, e de vez em quando eu ia trabalhar mais meu pai, somente Ele trabalha de armador, negócio de construção civil, aí eu gostava de fazer as coisas mais ele, gostava de ir com ele uns dez anos, uns onze anos assim, eu já comecei a pedir a ele, pra ocupar a mente (Participante 8).

Além disso, esta categoria possibilitou a compreensão acerca das rotinas dos entrevistados quando estes eram crianças. As principais rotinas que emergiram podem ser observadas na Figura 4.

Rotina	Atividades
Rotina 1	Ir à escola – Brincar em casa – Assistir televisão/escutar música – Brincar na rua
Rotina 2	Ir à escola – Ir ao PETI – Brincar em casa – Assistir televisão – Brincar na rua
Rotina 3	Ir à escola – Brincar – Trabalhar
Rotina 4	Ficar em casa – Trabalhar – Brincar
Rotina 5	Ficar na rua – Trabalhar – Ir à casa de vizinhos
Rotina 6	Ficar em casa – Ir à igreja – Brincar – Trabalhar
Rotina 7	Ficar em casa o dia inteiro

FIGURA 4

Rotina dos participantes na infância

Deste modo, observa-se que a infância dos jovens entrevistados se caracterizou por um conjunto de atividades pertinentes ao desenvolvimento destes, como brincar e estudar. Entretanto, também contemplou atividades não pertinentes ao desenvolvimento, como o trabalho. O trabalho infantil esteve presente na fala de cinco entre os dez participantes, o que

se apresenta como uma expressão da vulnerabilidade social a qual estes sujeitos estiveram expostos durante sua infância.

Segundo Alberto & Santos (2011), o trabalho infantil caracteriza-se como uma violação de direitos às crianças e adolescentes, acarretando consequências negativas para o seu desenvolvimento psicossocial e escolar, tais como, dificuldades em se relacionar com os pares, afastamento da escola, déficit de escolaridade, autonomia precoce, adultização e o fim da infância.

Para Bauer et al. (2015), o trabalho infantil e a aceitação deste pela sociedade é consequência da concentração de renda que vivemos no Brasil e da dificuldade do Estado em efetivar políticas e mecanismos duradouros e eficazes na distribuição de renda do país, que leva milhões de crianças e jovens a contribuírem com a renda familiar, geralmente, muito baixa.

Além destes aspectos, nota-se presente elementos da cultura familiar como a prática de uma forma de religiosidade, que segundo um dos participantes, caracteriza-se como uma forma de proteção a prática dos atos infracionais. A prática religiosa pode ser entendida como um dos elementos que compõem as redes de apoio dos indivíduos. As redes de apoio podem ser entendidas como importantes ferramentas de mobilização social comunitária, através das quais os sujeitos encontram suporte emocional e social para construção de saídas coletivas que promovam o bem-estar dos indivíduos em determinados contextos sociais e comunitários (Ribeiro & Vasconcelos, 2014).

Deste modo, destaca-se nas experiências dos jovens participantes desta pesquisa, a participação em atividades pertinentes à infância, como brincar e estudar, e a inserção no trabalho infantil por volta dos dez anos de idade. Este último, não se caracteriza como uma atividade adequada para crianças e jovens menores de dezesseis anos e acarreta em

consequências para o desenvolvimento físico e psicossocial destes. Além disso, observou-se que alguns dos jovens também estavam inseridos em redes de apoio familiares e sociais, tais como a prática religiosa, que representou para os jovens uma tentativa de proteção à prática de atos infracionais.

A categoria Local onde ficava quando criança, refere-se aos lugares onde os jovens costumavam permanecer a maior parte do tempo quando criança, como ficar em casa ou na rua, com a família, amigos, vizinhos, conforme pode-se observar nos relatos a seguir: “Quando era pequeno, só ficava em casa mesmo, assistindo filme, as vezes desenho, brincando com meus irmãos também, isso aí Só ficava em casa mesmo ou no meio da rua” (Participante 1); “Quando eu era criança, eu no dia a dia só costumava ficar nas ruas mesmo, ficar nas rua Criança mesmo, criança, costumava mais ficar pelas rua” (Participante 5); “Ficava em casa. Em casa e na rua né. Vivia mais bagunçando Ia pra casa da minha vó, comer e tomar banho. Somente. O resto era na rua bagunçando. Soltando pipa, brincando Com os vizinhos, com meu primo” (Participante 7).

Percebe-se que os jovens participantes desta pesquisa revelam ter passado sua infância em casa com familiares ou na rua, brincando e bagunçando. Este último espaço, tem implicações para o desenvolvimento, tendo em vista que estar na rua facilita a inserção no trabalho infantil, o acesso às drogas e a exploração sexual comercial, entre outros. Além disso, estar na rua pode levar a uma socialização desviante, que diz respeito a inserção em atividades que levam a socialização com a prática de delitos e atos infracionais (Alberto, 2007).

Com isso, observa-se que o fato dos participantes estarem circulando ou passando uma quantidade de tempo significativo nas ruas, além de representar riscos para o desenvolvimento destes, também aponta para uma carência da sociedade na proteção e

garantia dos direitos destas crianças e jovens, como também revela a ausência de outros espaços de políticas públicas que possam ofertar condições para o desenvolvimento saudável destes jovens.

Um segundo tema gerado pelas entrevistas foi o Família, que se refere as composições e dinâmicas familiares dos entrevistados. Este tema se apresentou a partir de quatro categorias, são elas: Composição familiar, Dinâmica familiar, Cuidados e Interferência do Estado. A categoria Composição familiar traz informações acerca dos membros da família dos entrevistados quando crianças. Neste aspecto, destaca-se que a maioria deles morava com a mãe, avó, pai, padrasto, madrasta, irmãos e primos.

Em relação a categoria Dinâmica familiar destacaram-se falas que remetem aos modos de se relacionar das famílias, separação dos pais, falta de afeto nas relações familiares, sair de casa, formar outra família e ir morar com outros parentes, como a avó, devido a conflitos familiares:

.... aí pronto, houve uma discussão com minha mãe e meu pai, se separou, aí pronto, aí minha mãe foi e perguntou com quem nós queria morar, aí minha irmã foi morar com ela e eu fui morar com meu pai, aí através disso daí, aí a minha vida já mudou. Que era união, aí de repente se separou, aí você fica naquela indecisão, não sabe pra que lado vai, se vai pra mãe do cara ou pro pai, aí eu não queria desprezar nenhum dos dois, fiquei do lado dos dois, passava um tempo na casa do meu pai e depois passava um tempo na casa da minha mãe (Participante 2).

Meus pais não tinha aquela dominação, num tem. Aquela dominação meus pais não tinha não porque minha mãe é separada do meu pai, aí eu ficava, morava com minha mãe um tempo Quem me criou né. A minha vó Hoje em dia eu moro mais a mãe do meu pai, mas meu pai hoje em dia mora longe porque também tentaram matar

ele Meu padrasto dava na minha mãe direto, eu ficava com medo de acontecer um negócio e a gente tá por perto, sem poder fazer nada Assim, minha vó tinha mais condição, aí tava tudo melhorando (Participante 5).

Quando eu tinha dez anos que eu fugi de casa. Aí fiquei morando com um amigo meu lá, que me botou dentro de casa, e quando foi doze anos, eu aluguei uma casa já e fiquei morando morava eu e minha esposa, só eu e ela mesmo e mais ninguém (Participante 10).

Observa-se que a dinâmica familiar dos jovens entrevistados é caracterizada por separações entre os membros da família, pai, mãe e madrasta, separações estas que ocasionam no deslocamento dos jovens para irem morar com outros membros da família como a avó, ou a sair de casa e formar outra família. Além disso, um dos jovens relata situações de violência doméstica.

Os dados corroboram com o que a literatura aponta acerca das condições familiares de jovens que cometeram atos infracionais. Segundo Zappe & Dias (2012), estes jovens vivem em famílias que enfrentam dificuldades socioeconômicas, que resultam em situações de vulnerabilidades complexas, como abandono dos pais, dificuldades para acessar empregos formais devido à baixa escolaridade, residem em bairros periféricos e carentes de equipamentos e serviços públicos, além de vivenciarem situações de violência física e psicológica.

Em relação aos casos de violência doméstica, Bauer et al. (2015), apontam que a identificação destes casos ainda é pouco discutida na sociedade brasileira como um todo, fator que dificulta a identificação da violência e compromete a proteção das crianças e jovens brasileiros. Estes autores destacam ainda a necessidade de uma ampla discussão sobre esses casos, nos diversos espaços sociais, ressaltando a escola como um dos lugares essenciais para

abarcam este tipo de discussão.

Além disso, Raposo (2009), discorre sobre a dificuldade na identificação da violência doméstica no âmbito dos serviços de saúde, apontando que mesmo sendo uma prerrogativa do ECA e do SUS, esta prática ainda é considerada um tema complexo entre os profissionais, pois estes não se sentem seguros para notificação e denúncia dos casos de violência contra crianças e jovens que chegam aos serviços que compõem o sistema de saúde.

Logo, percebe-se que os jovens estão inseridos em famílias que enfrentam dificuldades diversas advindas das expressões das questões sociais – que se referem ao conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos oriundos das contradições entre capital e trabalho na sociedade capitalista (Yamamoto & Oliveira, 2014; Behring & Boschetti, 2011) – que expõem os jovens e suas famílias a situações de violência interpessoais e estruturais, como a falta de acesso aos direitos básicos de saúde, educação, moradia, alimentação, lazer, entre outros.

A categoria Cuidados remete aos afetos compartilhados entre os familiares que visam a proteção e o cuidado em relação aos entrevistados quando criança. Emergem nas falas o conteúdo de receber conselhos de membros da família, como mãe, avó e irmã, conforme pode-se observar nas falas a seguir.

Mas sempre eu recebia conselho da minha mãe e do meu pai, mas só que eu não queria escutar. Ela dizia: "não vá não", eu dizia: "eu vou, daqui a pouco eu volto Recebi conselho da minha vó, da minha tia, todo mundo, só que eu era cabeça dura, queria escutar não, "oxe, tá bom". Se eu fosse escutar, eu tava aqui? [Cumprimento de medida socioeducativa] Não tava, tava agora em casa tava tudo tranquilo em casa, tava comendo aquele arroz que a mãe do cara prepara, roupa passada, comadre, namorada, a mãe dela também ajudando o cara e tal, dando conselho e pronto

(Participante 2).

Minha vó levava eu pra o interior, pra viajar, pra conhecer outro canto. Aí começava a dar conselho a eu, falar que essa vida num dá certo, que eu não tenho mãe, não tenho pai por mim, mas tenho ela e Deus e minha irmã. Aí ela começava a explicar, saia dessa vida, você tem tudo pela frente, você tem um futuro meu filho, você é um menino inteligente Tenho minha irmã também sempre me deu conselho. Minha irmã hoje em dia tem dezoito [anos], mas eu e ela foi os irmão legítimo sabe, os único irmão que é do mesmo pai e da mesma mãe [A avó] Sempre chamava eu pra fazer o bem, ela sempre fazia o bem pras pessoa, dia das criança ela comprava um moi de presente e saia dando pros pirrai lá na frente de casa. Sempre também apoiou os filho dela, e eu também, minha irmã, todo mundo lá de casa, tudo quem resolve é ela. Ela já é velha já (Participante 5).

Tinha minha vó que chama pra eu ir [passar], mais eu deixei de ir por causa dessa vida errada. Depois eu cai aqui dentro e só meus pai mesmo que se lembra deu e mais ninguém. Meu pai e minha mãe mesmo (Participante 10).

Nesta categoria, observa-se que uma parte dos jovens relatou que recebeu apoio familiar, através de conselhos e cuidados. Neste aspecto, destaca-se a presença da avó como uma das pessoas mais citadas e presentes como a responsável pelo cuidado e proteção dos entrevistados. Dias et al. (2011), destacam que nas classes populares, as mulheres são convocadas a assumir a responsabilidade de prover as necessidades econômicas, sociais e afetivas dos filhos, acarretando na sobrecarga de papéis destas. Estas autoras destacam ainda a falta de equipamentos sociais que ofereçam suporte a estas mulheres, que em muitos casos relatam sobrecarga, solidão e impotência no exercício de mãe e chefe de família.

Com isso, nota-se que a figura da avó se apresentou como um membro essencial no papel de cuidar dos jovens participantes desta pesquisa, o que revela um aspecto histórico da sociedade, a qual designa para as mulheres a responsabilidade pela criação dos filhos e netos, como nos casos desta pesquisa. Além disso, Cruz et al. (2005) apontam que o movimento de trânsito das crianças entre diferentes figuras femininas, tais como, mãe, avó, irmãs, tias, madrinhas e até vizinhas constitui como uma tradição histórica nas famílias brasileiras. Logo, tal fato deve ser considerado em suas diferentes dimensões, tendo em vista a sobrecarga de responsabilidades que ficam a cargo destas mulheres, que precisam trabalhar, prover condições materiais e afetivas no processo de criação e educação de seus filhos, irmãos, netos, sobrinhos, entre outros.

Na categoria Interferência do Estado, emergem falas de um entrevistado que apontou não concordar com a forma como órgãos do Estado — neste caso foi feita referência ao Conselho Tutelar — interferem nas relações familiares, destacando que as famílias deveriam agir conforme considerassem mais apropriado.

Lá fora se eu tivesse lá fora, se eu fizesse uma coisa errada minha mãe não podia chegar pra bater em mim, que senão chegava o Conselho Tutelar pra querer prender ela né, não era pra existir isso não, de se uma mãe bater num filho, a mãe vai presa. Por isso que tem muitos aí que vive dando na cara do pai, da mãe, qualquer coisa de errado que fizesse era pra apanhar Se não andasse na linha que a mãe e o pai quisesse, não frequentasse colégio nem nada era pra levar umas lapadas e botar num canto de castigo. Aí sim podia aprender, mas se for só falando, só falando não aprende não. No tempo que não existia esse Conselho Tutelar, pra existir, existia né, mas não tinha essa, esse negócio né, da mãe bater num filho e ir presa, outra pessoa chega pra denunciar e vai presa. Isso é errado! Era pra deixar ali, quando errasse pro filho era pra deixar a mãe e o pai chegar e... Não direto né, mas dava umas lapadas, pelo

menos pra ele entender que não deve fazer aquilo mais (Participante 4).

Deste modo, observa-se que a tutela do Estado não é vista como um aspecto protetivo, mas sim como um elemento exterior, violador que retira a autonomia familiar. Aspecto que revela a internalização do discurso de punição e legitimação da violência nas relações familiares, levando os sujeitos a não enxergarem a intervenção de atores dos órgãos de garantia de direitos como ações protetivas, mas sim como uma violação à tutela familiar.

Fonseca et al. (2013), apontam que a atuação nos Conselhos Tutelares é perpassada pela desarticulação do sistema de garantia de direitos, que não consegue atender as demandas encaminhadas por este órgão. Além disso, os Conselheiros Tutelares enfrentam diversas dificuldades, em relação ao desconhecimento da população acerca das atribuições destes e, além disso, não lhes são ofertadas as condições de trabalho necessárias para o funcionamento adequado deste serviço (Lima & Costa, 2015).

Em relação ao Tema Envolvimento com atos infracionais destacaram-se as categorias Como se envolveu com a prática de atos infracionais, Com quem se envolveu na prática de atos infracionais, Porque se envolveu com a prática de atos infracionais e as Consequências da prática de atos infracionais.

A categoria Como se envolveu com a prática de atos infracionais versa sobre as condições que para os entrevistados os influenciaram a praticarem atos infracionais, entre estas condições estão: ir estudar a noite, usar drogas e pertencer a grupos. Como pode-se verificar nos trechos a seguir:

Aí depois que eu comecei a me envolver com meus amigos, pronto, aí eu peguei uma droga aí que eu curti, aí dei valor e assim foi, fui roubando por aí E assim botava o pé no mundo e ia se drogar, roubar bolsa, celular, moto, mansão e aí foi Agora quando eu fui morar com meu coroa não gostava mais de jogar bola, fui me

envolvendo, estudando de noite, fui se envolvendo... Pronto, aí comecei a pegar droga, fui numa droguinha e já comecei a ir pra uma boca de fumo, entrar nas bocas de fumo, já comecei a adiantar [vender] maconha, aí depois fui adiantando pedra, aí pó, e essa vida, fui andando (Participante 2).

Fui crescendo, comecei a fumar maconha, a experimentar cigarro e depois comecei a ir assim pra parada que "de menor" não podia ir. Foi, comecei a se envolver, e comecei a fazer coisa mais forte ainda, que era começar a usar mais droga, que foi a cocaína e também pegar em revolver e esses negócios, a roubar, fui dando trabalho a minha família, os cara querendo matar eu, aí foi o que aconteceu (Participante 5).

Observa-se que os elementos que influenciaram a prática de atos infracionais pelos jovens entrevistados passam pelo acesso à escola à noite e o pertencimento a grupos. O acesso à escola a noite pressupõe certo tipo de autonomia e independência que juntamente com a pertença a grupos possibilitam o uso de drogas, que não se configura como ato infracional propriamente dito, mas que indiretamente, em alguns casos devido à necessidade de consumo, pertencimento e afirmação, resulta na prática de delitos como roubo e o tráfico.

Tais dados corroboram o que Cirino & Alberto (2009), discorrem sobre o uso de drogas por crianças e jovens em situação de rua, segundo os quais, este uso se dá devido a necessidade de pertencimento e afirmação perante grupos, além da curiosidade e do desconhecimento sobre os efeitos das drogas. Deste modo, nota-se que o uso de drogas e a necessidade de pertença a grupos podem resultar em socializações desviantes que ocasionam na prática de delitos ou atos infracionais.

Na categoria Com quem se envolveu na prática de atos infracionais as falas dos entrevistados remetem a prática de atos infracionais em conjunto com grupos da comunidade/bairro, conforme revelam os relatos a seguir: “Chegasse no esquema assim com

a parceria, começava a se drogar e roubava uma moto e saía por aí até praia, G., M., C., todo canto” (Participante 2); “A gente, cada um ia pra suas casa, e a gente se encontrava lá perto dos canto lá, e ficava lá. A gente madrugava por lá, escutando um som e vendendo droga” (Participante 3); “Andava mais uns amigo. Amigo não né, por que ninguém hoje tem amigo não. Porque amigo hoje em dia, amigo que é amigo dá um conselho pro bem né, não dá conselho pro mau” (Participante 6); “... comecei a vender droga mais os boy A pessoa vai procurar, a pessoa cai na onda dos outro né” (Participante 8).

Os relatos dos participantes demonstram que a prática de atos infracionais destes jovens está relacionada ao pertencimento a grupos num determinado contexto de convivência comunitária. Deste modo, considerando a ausência de equipamentos sociais nos bairros nos quais os jovens participantes dessa pesquisa residiam, juntamente com o acesso a situações desfavoráveis ao desenvolvimento, como trabalho infantil, estar em situação de rua, presença do tráfico de drogas e acesso a estas, tais aspectos se constituíram como os elementos de formação e pertencimento dos grupos destes jovens em seus contextos comunitários, aspectos estes que favoreceram a prática de atos infracionais nas trajetórias de vida dos jovens acima referidos.

No que se refere a categoria Porque se envolveu com a prática de atos infracionais, esta apresenta os motivos pelos quais os jovens que participaram desta pesquisa praticaram atos infracionais, entre eles, destacaram-se: necessidade de acesso ao consumo, o uso de drogas, o pertencimento e a afirmação perante grupos e a constituição do ato infracional como uma forma de trabalho.

Roubava uma bolsa, roubava uma padaria e assim eu ia mantendo meu vício que a droga, se você não conseguir segurar a lombra, você vai ter que traquinar, roubar, dar nos povo por aí, quebrar noiado Na boca dos povo rico nós não presta não, por isso

que quando eu partir pra essa vida aí, eu fui logo roubar doideira grande ladrão de presídio manda fita grande, essa fita que eu entrei foi três mil contos, três mil conto assim foi dinheiro de mais, comprei logo uma Fan [moto], oxe, dei logo entrada numa Fan, e cordão de ouro e relógio de ouro e anel de ouro e só nas pratas. O povo na rua: "oxe, pia, olha aquele boy, andava de bicicleta, olha hoje onde é que tá", cordão de ouro (Participante 2).

Aí depois eu soube que teve uns cara que deu na cara do meu irmão, comecei a se envolver devagar e fui começando Quando foi depois comecei a traficar, aí foi mais fácil, mas, foi fácil de conseguir as coisas, mas, arriscando (Participante 4).

A gente fica né, sem saber o que fazer, a vó preocupada, aquelas necessidade também dentro de casa e a pessoa já na adolescência, já envolvido, vai fazer o que? Vai continuar, pensa que não tem solução, fica pensando, aí num tem aquela firmeza de uma pessoa que chegue assim e dá o que a pessoa precisa também, não tinha. Assim a pessoa chegar assim e compre esse negócio pra mim, e não tem condições. Tinha que arrumar um jeito pra ter as coisas. Acabei caindo nessa Eu ia roubar pra mim comprar meus negócio, sempre que tem minha roupa, tem meu cordão, tem o meu chapéu, tem minha sandália. Também eu não gostava de tá pedindo nada a minha vó não, não sei por que, mas eu não gostava não (Participante 5).

Percebe-se que as motivações à pratica de atos infracionais para os jovens participantes desta pesquisa estão relacionadas, principalmente, a necessidade de acesso ao consumo. Segundo Zappe & Ramos (2010), o ato de consumir — e a consequente necessidade de consumo — estão atrelados ao reconhecimento de um status social, podendo ser concebidos como um critério de pertencimento a determinados grupos, além de representar um símbolo de felicidade propagado pela sociedade. Entretanto, ao mesmo tempo

em que a sociedade coloca o ato de consumir como um símbolo de felicidade e status social, este tem sido negado massivamente aos jovens das classes populares. Assim sendo, diante da negação do consumo e da ausência de reconhecimento social, muitos jovens relacionam-se a prática de atos infracionais como forma de inserção social dentro desta sociedade capitalista.

Deste modo, observa-se que as motivações à prática de atos infracionais vão além de aspectos individuais e constituem-se como expressões das questões sociais proveniente de uma sociedade capitalista e desigual. Logo, priorizar aspectos individuais que culpabilizam exclusivamente os jovens pela prática de atos infracionais torna-se simplório e insuficiente para compreender esse fenômeno que se apresenta relacionado aos contextos sociais nos quais estes jovens estão inseridos e aos processos de violações vivenciados antes do cumprimento das medidas socioeducativas (Lazzarotto, 2014; Marques, 2013; Gobbo & Muller, 2011).

O tema Envolvimento com atos infracionais também contemplou a categoria Consequências da prática de atos infracionais, a qual contempla os desdobramentos da prática de atos infracionais na vida dos entrevistados, entre estes, destacaram-se o afastamento da família e da escola, perda da infância, o cumprimento de medidas socioeducativas, a possibilidade de ser inserido no sistema prisional e a morte.

Nesse tempo quando eu fui envolvido, eu já deixei de morar com meu coroa, fui morar numa favela, quando eu tava adiantado droga Onze anos, por aí já foi se envolvendo e pá, perdeu a infância, desde os onze anos Teve uma tentativa dos home, ia morrendo, desse assalto que eu fiz agora Tráfico é doideira, se você ficar devendo, os povo tão matando gente por aí por uma carteira de cigarro, se você tiver devendo dois mil contos não pagou, de droga, não pagou, a lei é o quê? Matar ele (Participante 2).

Hoje, a maioria tá morto, outros tá preso, que nem eu né. Acabei aqui [Cumprimento de medida socioeducativa] Se eu ficar nessa vida eu posso continuar até dezoito anos aqui dentro, mas lá fora, consigo chegar não, no meio do caminho leva logo uma rasteira né, mas nunca mais se levanta (Participante 4).

Nota-se que os jovens entrevistados apresentam reflexões sobre as consequências da prática dos atos infracionais, as quais se caracterizaram principalmente por aspectos negativos. Ou seja, observa-se um conjunto de elementos socioculturais que ocasionam na prática de atos infracionais, pois é através desta que os jovens acessam ao consumo, formam grupos e afirmam-se socialmente como sujeitos. Entretanto, este tipo de inserção também se coloca de forma contraditória como algo destrutivo, que resulta em consequências negativas como a perda da infância, afastamento da família e a possibilidade iminente de morte.

Tais dados corroboram os achados de Gurski (2012), a qual afirma que os jovens das classes populares no Brasil são “precocemente convocados pela rede do tráfico, demonstrando, no deslocamento de seu lugar no espaço social, o sequestro de suas infâncias e juventudes” (p. 71). Além disso, conforme relatam Zappe & Ramos (2010), ressalta-se a necessidade e importância de políticas protetivas anteriores a prática dos atos infracionais, pois, muitas vezes a inserção dos jovens na prática de atos infracionais se dá atrelada ao afastamento destes da escola e na não inserção em políticas públicas, revelando a situação de vulnerabilidade social a qual os jovens das classes populares encontram-se no Brasil.

Diante do exposto, as análises acerca do contexto social dos jovens participantes desta pesquisa revelam que as experiências e vivências que perpassaram suas infâncias e início de suas juventudes foram marcadas por violações referentes ao acesso aos seus direitos fundamentais, como educação, lazer, moradia convivência comunitária, entre outros.

Deste modo, constata-se que o desenvolvimento destes jovens foi constituído a partir de relações sociais que não propiciaram o acesso de condições favoráveis ao seu desenvolvimento, tais como, trabalho infantil, violência, acesso à drogas e aproximação com o tráfico de drogas, além do não acesso aos seus direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia, lazer, entre outros.

Logo, observa-se que os elementos mediadores das relações sociais estabelecidas pelos jovens participantes desta pesquisa foram caracterizados pela violência e negação de seus direitos fundamentais (Souza & Venâncio, 2011). Portanto, ressalta-se que os elementos mediadores para o desenvolvimento destes jovens não foram elementos protetivos, como o acesso à escola de qualidade, à espaços recreativos, à saúde e formação profissional, mas, o tráfico, o acesso às drogas, a falta de infraestrutura nos bairros, ou seja, a violência estrutural, decorrente dos processos de acumulação e reprodução do capital, numa sociedade capitalista.

Tendo em vista que o desenvolvimento para Vigotski (2007/1984), não é entendido como um processo linear, universal e natural, mas como um processo contextualizado, constituído a partir das relações sociais estabelecidas entre sujeito, sociedade e cultura. Sendo assim, o desenvolvimento dos sujeitos será caracterizado por diferentes modos de existir e agir a partir das condições materiais que são colocadas para cada sujeito em questão (Vigotskii, et al., 2016/1988; Molon, 2015; Alberto, 2012).

Deste modo, para a perspectiva histórico cultural, a análise do contexto social se configura como ferramenta essencial para a compreensão das trajetórias de vida dos indivíduos, pois é a partir das condições materiais que lhes são ofertadas no estabelecimento das relações entre sujeito, contexto e demais sujeitos, que os mesmos são constituídos e constituem as sociedades (Pasqualini, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo geral desta dissertação de compreender o acesso às políticas públicas de garantia de direitos na trajetória de vida de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação em uma cidade de estado da Paraíba, conclui-se que a presente dissertação possibilitou compreender as trajetórias de acesso às políticas públicas de proteção a infância e juventude dos jovens entrevistados, bem como os contextos sociais nos quais estes estão inseridos.

Pode-se apontar que apesar dos jovens participantes desta pesquisa terem acessado equipamentos, serviços ou órgãos das políticas de saúde, assistência social e educação, estas não foram suficientes para garantir os direitos dos jovens, pois não ofertaram as condições necessárias para o pleno desenvolvimento destes, constituindo-se em grave violação aos direitos desta parcela da população. Violações estas que são cometidas, essencialmente, pelo Estado, na medida em que este não consegue prover políticas efetivamente protetivas.

Neste cenário fez-se importante compreender o desenvolvimento destes jovens a partir das condições materiais que lhes foram colocadas pela sociedade e pela cultura em suas trajetórias de vida, tendo como norte teórico a Perspectiva Histórico Cultural de Vigotski.

Nota-se que as políticas sociais têm se caracterizado pela pouca efetividade em promover e garantir a proteção prevista nos ordenamentos jurídicos. Tal fato está atrelado a constituição das próprias políticas, que a partir da perspectiva deste estudo — a Perspectiva histórico crítica — entende-se que tais políticas se desenvolveram enquanto estratégias paliativas de proteção, sem o intuito de erradicar as vulnerabilidades as quais os sujeitos estão expostos, decorrente do modo de produção de capitalista.

Tais aspectos reverberam no desenvolvimento das crianças e jovens das classes populares brasileira, acarretando consequências diversas a estes, tais como trabalho infantil, prática de atos infracionais, perda da infância, adultização precoce, entre outras situações de

violências.

Deste modo, os achados da pesquisa permitem discorrer que se torna simplório e reducionista responsabilizar adolescentes e jovens pela violência, bem como acreditar que a culpabilização e punição destes seria o mecanismo mais eficiente no combate a violência na sociedade brasileira. Ao contrário, faz-se urgente a efetivação das políticas públicas protetivas anteriores à prática de atos infracionais, principalmente na infância e início da juventude, pois percebe-se que para estes jovens não foram ofertadas as condições necessárias para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, tais como a inserção em atividades educativas, recreativas, de lazer, profissionalização, esportivas, entre outros.

Logo, ressalta-se a necessidade da universidade, enquanto produtora de conhecimentos, problematizar sobre o papel das políticas de proteção destinadas à infância e juventude, desenvolver estudos que possibilitem analisar tais políticas, e que subsidiem a elaboração de estratégias socialmente relevantes.

Além disso, indaga-se o papel da sociedade na garantia dos direitos da população infanto-juvenil, se enquanto sociedade pretende-se garantir o desenvolvimento pleno das crianças e jovens brasileiros, precisamos exigir do Estado, das instituições públicas e da sociedade como um todo a oferta das condições materiais e sociais que garantam esse desenvolvimento.

Observou-se também conforme preconiza o ECA, a necessidade do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, pois estes se constituem como importantes mecanismos de apoio e suporte para a proteção do público infanto-juvenil. Para tanto, faz-se necessário o investimento em equipamentos sociais que favoreçam o desenvolvimento saudável das crianças e jovens em seus contextos comunitários.

Diante do exposto, destaca-se que este estudo pôde contribuir com a compreensão acerca das condições socioculturais que perpassaram o desenvolvimento dos jovens participantes desta pesquisa, bem como suas trajetórias de acesso pelas políticas públicas e os contextos sociais nos quais estes estavam inseridos. Assim sendo, os resultados provenientes desta dissertação serão publicados em artigos científicos e apresentados em eventos acadêmicos e a profissionais do sistema de garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens, tendo em vista a melhoria destas políticas públicas.

Por fim, recomenda-se que sejam realizados novos estudos que investiguem e avaliem cada política citada em suas especificidades e complexidades, de modo que possam abarcar as diferentes dimensões que perpassam o funcionamento destas políticas.

REFERÊNCIAS

- Alberto, M. F. P. (2007). As implicações psicossociais do trabalho precoce dos meninos e meninas em condição de rua. *Laboreal*, 3(2), 08-21. Recuperado de <http://laboreal.up.pt/pt/articles/as-implicacoes-psicossociais-do-trabalho-precoce-dos-meninos-e-meninas-em-condicao-de-rua/>
- Alberto, M. F. P. (2012). Pensamento crítico, formação de psicólogo e atuação junto à infância e juventude. *Revista Estudos de Psicologia*, 17(3), 421-426. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300010>
- Alberto, M. F. P., Freire, M. L., Leite, F. M. & Gouveia, C. N. N. A. (2014). As Políticas Públicas de Assistência Social e a Atuação Profissional dos(as) Psicólogos(as). In: Oliveira, I. F. & Yamamoto, O. H. (Orgs.) *Psicologia e políticas sociais: temas em debate*. Belém: UFPA, pp. 127-174.
- Alberto, M. F. P., Pessoa, M. C. B., Costa, R. R., Belém, K. K. G., & Silva, S. L. G. (2016). Programa de erradicação do trabalho infantil: concepções de educandos e famílias. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 458-470. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001842013>
- Alberto, M. F. P. & Santos, D. P. (2011). Trabalho infantil e desenvolvimento: reflexões à luz de Vigotski. *Psicologia em Estudo*, 16(2), 209-218. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722011000200004>
- Arantes, E. M. M. (2004). De “criança infeliz” a “menor irregular” - vicissitudes na arte de governar a infância. *Mnemosine*, 1, 162-164.
- Arantes, E. M. M. (2013). Sobre as propostas de redução da maioridade penal. In: *Redução da idade penal: socioeducação não se faz com prisão*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, pp. 9-13.

- Ayres, J. R. C. M, França Junior, I, Calazans, G. J. & Saletti Filho, H. C. (2003). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresni, D. & Freitas, C. M. (Orgs.) *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, pp. 117-129.
- Ayres, S. M., Cardoso, A. N. & Pereira, L. C. (2009). O abrigo e as redes de proteção para a infância e juventude. *Fractal: Revista de Psicologia*. 21(1), 125-136. Recuperado de <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/168>
- Bauer, C., De Carvalho, L., Stangherlim, R. & Diniz, C. (2015). Crianças, adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade no Brasil contemporâneo: Desafios e possibilidades de uma educação em direitos humanos. *Revista Educación y Desarrollo Social*, 9(1), 56-69. Recuperado de <https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/reds/article/view/550>
- Behring, E. R. & Boschetti, I. (2011). *Política social: fundamentos e história*. (9ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Brasil (1990a). *Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e da Adolescência e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
- Brasil (1990b). *Lei Nº 8.080 de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm.

Brasil (1993). *Lei Nº 8.072 de 07 de setembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm.

Brasil (1996). *Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

Brasil (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Brasil (2012). *Lei Nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm.

Brasil (2014). *Perguntas e respostas: O Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Cairus, R. & Conceição, M. I. (2010). Adolescentes na Corda Bamba: aspectos psicossociais na relação com a lei. *Psicologia Política*, 10(20), 275-292. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2010000200007

Campos, H. R & Cavalcante, C. P. (2014). O adolescente e o estatuto jurídico: transgressão e lei no Brasil. In: Paiva, I. L., Souza, C. & Rodrigues, D. B. (Orgs.) *Justiça Juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo*. Natal: EDUFRN, pp. 33-48.

Carvalho, V. A. & Silva, M. R. F. (2011). Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. *Revista Katálysis*, 14(1), 59-67. Recuperado de

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802011000100008/17719>

Cirino, D. C. S. & Alberto, M. F. P. (2009). Uso de drogas entre trabalhadores precoces na atividade de malabares. *Psicologia em Estudo*, 14(3), 547-555.
<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722009000300016>

Cruz, L., Hillesheim, B. & Guareschi, N. M. F. (2005). Infância e Políticas Públicas: Um Olhar sobre as Práticas Psi. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 42-49.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000300006>

Dias, A. C. G., Arpini, D. M. & Simon, B. R. (2011). Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas. *Psicologia e Sociedade*, 23(3), 526-535.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000300010>

Fávero, E., Dias, J. A., Raphael, S. L. M. & Santos, V. S. N. (2014). A dimensão socioterritorial na interface entre a justiça da infância e juventude e a assistência social em São Paulo. *Serviço Social & Saúde*, 3(2), 169-188. Recuperado de <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634899>

Figueiró, M. E. S. S., Minchoni, T. & Mello, L. C. A. (2014). Políticas Públicas para crianças e adolescentes no Brasil: um resgate histórico. In: Paiva, I. L., Souza, C. & Rodrigues, D. B. (Orgs.) *Justiça Juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo*. Natal: EDUFRN, pp. 19-32.

Fonseca, F. F., Sena, R. K. R., Santos, R. L. A., Dias, O. V. & Costa, S. M. (2013). As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Revista Paulista de Pediatria*, 31(2), 258-264.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-05822013000200019>

- Francischini, R. & Campos, H. R. (2005). Adolescentes em conflito com a lei e medidas socioeducativas: limites e (im)possibilidades. *Revista Psico*, 36(3), 267-273. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1397/1097>
- Gallo, A. E. (2008). Atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei: a experiência do Canadá. *Estudos em Psicologia*, 13(2), 327-334. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000200015>
- Gobbo, E. & Muller, C. M. (2011). A prática pedagógica das medidas socioeducativas. *Revista Emancipação*, 11(2), 175-187. Recuperado de <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1249>
- Gomes, F. G. (2006). Conflito Social e Welfare-State: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *Revista de Administração Pública*. 40(2), 201-36. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122006000200003>
- Gonçalves, M.G.M (2010). O campo social das políticas públicas e sua dimensão subjetiva. In: Gonçalves, M. G. M. *Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, pp. 31-76.
- Gurski, R. (2012). O Lugar simbólico da criança no Brasil: Uma infância roubada? *Educação em Revista*, 28(1), 61-78. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982012000100004>
- Jimenez, L. & Frasseto, F. A. (2015). Face da morte: A lei em conflito com o adolescente. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 401-414. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p404>

- Junqueira, M. R. & Jacoby, M. (2006). O Olhar dos adolescentes em conflito com a lei sobre o contexto social. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 6(5), 1-18. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1036>
- Lazzarotto, G. D. R. (2014). Medidas Socioeducativas: Cartas ao reinado do saber. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 503-514. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-73725000313>
- Leite, F. M., Pessoa, M. C. B., Santos, D. P., Rocha, G. F., & Alberto, M. F. P. (2016). O sentido da escola: Concepções de estudantes adolescentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(2), 339-348. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282347789017>
- Lima, E. A., & Costa, E. R. (2015). Breve Análise das Ações, Limites e os Obstáculos Vivenciados no Cotidiano dos Profissionais Atuantes do Conselho Tutelar na Cidade de Jataí - Goiás. *Itinerarius Reflectionis*, 11(2), 1-18. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/34288>
- Macêdo, O. J., Pessoa, M. C. B., & Alberto, M. F. P. (2015). Atuação dos Profissionais de Psicologia Junto à Infância e à Adolescência nas Políticas Públicas de Assistência Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 916-931.
- Mascagna, G. C. (2009). Adolescência compreensão histórica a partir de Vigotski. Universidade Estadual de Maringá. Dissertação de Mestrado. (pp. 108 - 127).
- Marques, G. C. S. (2013). Acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas: do direito a implementação da ação educativa. *Revista Eletrônica de Educação*, 7(1), 192-210. Recuperado de <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/660>

- Matsukura, T. S., Cid, M. F. B., Angelucci, T. C. & Minatel, M. M. (2013). Situações estressoras e fatores protetivos: percepções de meninas adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. *O Mundo da Saúde*, 37(1), 25-34. Recuperado de <http://www.saocamilosp.br/novo/publicacoes/publicacoesDownload.php?ID=101&rev=s&ano=2013>
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (14ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Molon, S. I. (2015). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. (5ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Pasqualini, J. C. (2009). A Perspectiva Histórico-Dialética da Periodização do Desenvolvimento Infantil. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 31-40. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722009000100005>
- Perez, J. R. R. & Passone, E. F. (2010). Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 40(10), 649-673.
- Raposo, C. J. (2009). A Política de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e Jovem: uma perspectiva de garantia de direito à saúde? *Revista em Pauta*, 23(6), 117-138.
- Ribeiro, K. S. Q. S., & Vasconcelos, E. (2014). As redes de apoio social nas práticas de educação popular e saúde: reflexões de uma pesquisa-ação. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18(2), 1453-1462. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0425>
- Sartório, A. T. & Rosa, E. M. (2010). Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. *Serviço Social & Sociedade*, 103, 554-575. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000300008>

- Siqueira, L. A. R. & Tavares, G. M. (2013). O menino que queria ser gente... Um estudo da história de vida de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13(3), 1039-1067. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812013000300013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
- Souza, V. L. T. & Andrada, P. C. (2013). Contribuições de Vigotski para a compreensão do psiquismo humano. *Estudos de Psicologia*, 30(3), 355-365. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000300005>
- Souza, V. T. & Venâncio, M. M. R. (2011). Os sentidos atribuídos à medida socioeducativa de liberdade assistida por jovens em conflito com a lei e seus socioeducadores. *Psicologia da Educação*, 32, 163-185. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000100010
- Teixeira, M. L. T. (2014). Plano Individual de Atendimento (PIA) – O presente e o futuro do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. In: Paiva, I. L., Souza, C. & Rodrigues, D. B. (Orgs.) *Justiça Juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo*. Natal: EDUFRN, pp. 101-124.
- Valença, D. A., Lima, D. F. & Paiva, I. L. (2014). A redução da maioria penal: entra a política pública e a barbárie. In: Paiva, I. L., Souza, C. & Rodrigues, D. B. (Orgs.) *Justiça Juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo*. Natal: EDUFRN, pp. 60-77.
- Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. (7ª ed.) São Paulo: Martins Fontes. (Original publicada em 1984).

- Vigotskii, L. S., Luria. A. R. & Leontiev, A.N. (2016). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. (14ª ed.). São Paulo: Ícone. (Original publicada em 1988).
- Waiselfisz, J. J. (2014). *Mapa da Violência: Homicídios e Juventude no Brasil*. Recuperado de <http://www.mapadaviolencia.org.br/>.
- Yamamoto. O. H. & Oliveira, I. F. (2014). Definindo o campo de estudo: as políticas sociais brasileiras. In: Oliveira, I. F. & Yamamoto, O. H. (Orgs.) *Psicologia e políticas sociais: temas em debate*. Belém: UFPA, pp. 22-45.
- Zaniani, E. J. M. & Boarini, M. L. (2011). Infância e vulnerabilidade: repensando a proteção social. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 272-281. Recuperado de <http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs/viewissue.php?id=28>
- Zappe, J. G. & Dias, A; C. G. (2012). Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 389-395. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300006>.
- Zappe, J. G. & Ramos, N. V. (2010). Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 365-373. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000200017>

APÊNDICES

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a)

A presente pesquisa versa sobre juventude, políticas públicas e medidas socioeducativas e está sendo desenvolvida por Erlayne Beatriz Félix de Lima Silva, discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria de Fatima Pereira Alberto.

O objetivo da pesquisa é compreender o acesso às políticas públicas de garantia de direitos na trajetória de vida dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em uma cidade de estado da Paraíba.

Solicitamos a sua colaboração para a participação nesta entrevista, como também sua autorização para gravação e transcrição da mesma, bem como para apresentação dos resultados deste estudo em eventos da área de saúde e Psicologia e para publicação em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Ressaltamos que após a transcrição da entrevista, a gravação será descartada. Informamos que não são previstos riscos para a sua saúde ou de caráter vexatório na sua participação neste estudo, entretanto, respeitando-se os preceitos éticos, caso você venha a sentir alguma espécie de desconforto ou constrangimento ocasionado pela coleta de dados desta pesquisa, a mesma será imediatamente interrompida.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Este documento foi elaborado em duas vias de igual teor, que deverão ser rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo participante convidado a participar da pesquisa, pela discente pesquisadora e pela pesquisadora responsável. Você receberá uma das vias e a outra ficará arquivada com os responsáveis pela pesquisa. Não é previsto que você tenha nenhuma despesa na participação nesta pesquisa ou em virtude da mesma.

Antes de prosseguir, de acordo com o disposto nas resoluções 196/96 e 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, no que diz respeito às pesquisas que envolvem seres humanos,

faz-se necessária a documentação de seu consentimento. Em caso de qualquer dúvida, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Eralayne Beatriz Félix de Lima Silva.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar nesta pesquisa e para publicação dos resultados, entendendo que minha identidade será mantida em sigilo. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do participante da pesquisa ou responsável

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisadora Responsável

Assinatura do Pesquisadora Participante

Para maiores informações sobre o presente estudo: ²

Universidade Federal da Paraíba- UFPB

Centro de Ciências Humanas, letras e artes- CCHLA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social- PPGPS

Departamento de Psicologia, Campus I, Cidade Universitária, CEP: 58.051-900

Telefone para contato: (083) 98832-9924 E-mail para contato: erlayne.beatriz@gmail.com

2 Endereço do Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba:

Universidade Federal da Paraíba- UFPB

Centro de Ciências da Saúde - 1º andar, Campus I, Cidade Universitária, CEP: 58.051-900

Telefone para contato (83) 3216-7791

APÊNDICE II

INSTRUMENTO

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

o Idade _____

Escolaridade _____

o Etnia _____

Renda familiar _____

o Com quem residia antes da internação em unidade socioeducativa

ROTEIRO DE ENTREVISTA ABERTA

- o **Você pode me falar da sua vida desde quando você era criança?**

Acesso às políticas públicas de saúde, educação, assistência social

- o Como era lá na escola? (Quais atividades você participava lá?).
- o Quando você não estava na escola o que você costumava fazer?
- o Quando você ficava doente, como você fazia? (Para onde você ia?).

Contexto social inserido ao longo da trajetória de vida

- o Como era sua rotina? (O que você fazia durante o seu dia?).
- o Como era no bairro que você morava?
- o Quais os serviços/equipamentos (lugares) que tinha lá?

APÊNDICE III

QUESTIONÁRIO

1. Você foi para creche?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()

2. Até que idade você frequentou a escola?
_____ NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()

3. Você já foi atendido no Posto de Saúde?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()

4. Você já foi atendido na UPA?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()

5. Você já foi atendido no Hospital?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()

6. Você participou do PETI?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 6.1.Caso sim, quanto anos você tinha? _____
NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 6.2.Quanto tempo você participou do PETI? _____
NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()

7. Você participou do Mais Educação?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 7.1.Caso sim, quanto anos você tinha? _____
NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 7.2.Quanto tempo você participou do Mais Educação? _____
NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()

8. Você participou do Segundo Tempo?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 8.1.Caso sim, quanto anos você tinha? _____
NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 8.2.Quanto tempo você participou do Segundo Tempo? _____
NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()

9. Você já participou de algum curso/oficina no CRAS?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 9.1.Caso sim, quanto anos você tinha? _____
NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 9.2.Quanto tempo você participou deste curso/oficina? _____
NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()

10. Você já participou de algum curso/oficina no Centro de Cidadania?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 10.1. Caso sim, quanto anos você tinha? _____
NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 10.2. Quanto tempo você participou deste curso/oficina? _____

- NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
11. Você já participou de alguma atividade numa ONG?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 11.1. Caso sim, quanto anos você tinha? _____
 NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 11.2. Quanto tempo você participou desta atividade? _____
 NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
12. Você já participou de algum projeto?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 12.1. Caso sim, quanto anos você tinha? _____
 NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 12.2. Quanto tempo você participou deste projeto? _____
 NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
13. Você já participou de alguma atividade na Igreja?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 13.1. Caso sim, quanto anos você tinha? _____
 NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 13.2. Quanto tempo você participou desta atividade? _____
 NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
14. Você foi atendido no Conselho Tutelar?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 14.1. Caso sim, quantos anos você tinha? _____
 NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 14.2. O que foi feito pelo Conselho Tutelar?

15. Você já morou em abrigo/orfanato?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 15.1. Caso sim, quantos anos você tinha? _____
 NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 15.2. Quanto tempo você ficou lá? _____
 NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
16. Tem mais alguma atividade que você participou que eu não perguntei?
SIM () NÃO () NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 16.1. Caso sim, quais atividades _____

- 16.2. Quantos anos você tinha? _____
 NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()
- 16.3. Quanto tempo você participou desta atividade? _____
 NÃO LEMBRA () NÃO SABE ()

Linha do tempo:

ANEXOS

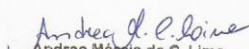
ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 1ª Reunião realizada no dia 18/02/2016, o Projeto de pesquisa intitulado: **“POLÍTICAS PÚBLICAS E TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS”**, da pesquisadora Eralyne Beatriz Félix de Lima Silva. Prot. nº 0633/15. CAAE: 51447915.9.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.


Andrea Márcia da C. Lima
Mat. SIAPE 1117510
Secretária do CEP-CCS-UFPB